

Iniciativa de Gênero

AJUSTE
ESTRUTURAL,
POBREZA E
DESIGUALDADE
DE GÊNERO



um caderno feminista de informação
e reflexão para organizações de mulheres

2ª edição
revista e atualizada

AJUSTE ESTRUTURAL, POBREZA
E DESIGUALDADES DE GÊNERO

AJUSTE ESTRUTURAL, POBREZA E DESIGUALDADES DE GÊNERO

UM CADERNO FEMINISTA DE INFORMAÇÃO E REFLEXÃO
PARA ORGANIZAÇÕES DE MULHERES

2ª Edição
Revista e atualizada

Iniciativa de Gênero
Recife, 2003

FICHA TÉCNICA DA 2ª EDIÇÃO

Pesquisa e redação do Texto-Base e Leituras Complementares N.1 à 6: Mônica Franch
Pesquisa e redação da Leitura Complementar N.6 e Sugestões de Atividades: Carla Batista
Revisão das Sugestões de Atividades: Taciana Gouveia
Edição dos textos: Silvia Camurça
Grupo de trabalho responsável: Iniciativa de Gênero / Cfêmea
SOS CORPO / Articulação de Mulheres Brasileiras.
Realização: Iniciativa de Gênero
Edição: SOS Corpo Gênero e Cidadania
Equipe de produção: Márcia Larangeira Jácome e Fátima Ferreira
Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica: Carlos Pellegrino
Revisão: Consultexto
Impressão: Provisual Divisão Gráfica

Sugerimos e motivamos a reprodução total ou parcial das idéias aqui expostas por todos os meios (conhecidos ou desconhecidos). Para a cópia e difusão dos materiais publicados, favor de citar as fontes.

Ficha catalográfica

FRANCH, Mônica; BATISTA, Carla e CAMURÇA, Silvia.

Ajuste estrutural, pobreza e desigualdades de gênero. Um caderno feminista de informação e reflexão para organizações de mulheres. Recife, Iniciativa de Gênero/ SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2003. 2ª ed.

178p. Inclui bibliografia.

Esta publicação contou com apoio financeiro de CAFOD, CEE, EED e Novib.

SUMÁRIO

Prefácio à 2ª edição	07
Carta às leitoras	13
Parte 1: Texto-Base. O que são as políticas de ajuste?	23
Fases do ajuste	26
O conteúdo das reformas	31
Novas medidas nas políticas de ajuste	39
Fazendo um balanço das políticas de ajuste.....	42
Novas perspectivas. Caminhos na luta da sociedade civil organizada e do movimento de mulheres	46
A questão social e as políticas de ajuste no Brasil	50
Mas o que isso tudo tem a ver com as mulheres?	58
Parte 2: Leituras Complementares	63
1. Neoliberalismo: a doutrina que orienta o Ajuste Estrutural.	65
2. Globalização, destituição de direitos e justiça de gênero.	75
3. O discurso do desenvolvimento, gênero e a perspectiva feminista.	85
4. O que são as Instituições Financeiras Multilaterais.	95
5. A reforma liberal do Estado na era FHC	111
6. O novo acordo do Brasil com o FMI. Visões da mídia.	119
Parte 3: Sugestões de Atividades	135
Oficina 1. O neoliberalismo e a efetivação de direitos.	143
Oficina 2. Direito ao desenvolvimento e Ajuste Estrutural.	147
Estudo 1. Estratégias das famílias frente à crise.	151
Estudo 2. Grupos de discussão.	155
Guia de comunicação 1. Pautando o tema do Ajuste.	159
Guia de comunicação 2: Dicas para entrevistas.	161
Para saber mais	165
Sobre a Iniciativa de Gênero	167
Sobre os livros e artigos consultados.	171

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

A decisão de publicar uma edição atualizada do Caderno “Ajuste Estrutural, Pobreza e Desigualdades de Gênero”, quase três anos depois da primeira, resulta das muitas demandas por mais exemplares que recebemos ao longo destes anos e do novo momento político brasileiro sob o governo Lula. O caderno foi muito bem recebido entre as organizações de mulheres e tornou-se uma referência de leitura formativa a respeito do tema. Por outro lado, estamos em um contexto de crescentes condicionalidades externas sobre as políticas nacionais, agora reiteradas e fortalecidas pela via da Organização Mundial do Comércio e do ideário do livre comércio, tema de um novo capítulo nesta edição.

A primeira edição, publicada em 2001, respondeu aos propósitos de contribuir no aprofundamento do debate feminista no campo da macroeconomia e os limites que as políticas de ajuste estrutural colocavam à realização dos direitos humanos e da cidadania para as mulheres no Brasil. A elaboração da proposta editorial mobilizou e integrou objetivos e organizações feministas vinculadas ao GT criados pela Articulação de Mulheres Brasileiras no ano 2000 e às ações de produção de análises sobre a ação das Instituições Financeiras Multilaterais, propósito também das organizações da Iniciativa de Gênero, criada em 1999. A tarefa envolveu o Cfêmea, que sediava a Secretaria Executiva da AMB e o SOS CORPO, então enlace nacional da Iniciativa de Gênero.

A luta para afirmar e efetivar os direitos das mulheres, a igualdade e a justiça no mundo foi a razão da criação de muitas iniciativas e organizações feministas. Durante toda a década passada, em nível global, as Nações Unidas foram o palco de enormes disputas e grandes negociações políticas em torno destes temas, a partir das quais construíram-se Acordos, conformaram-se Pactos, aprovaram-se Plataformas e Planos de Ação, ao mesmo tempo em que se buscou efetivá-los em Tratados, Convenções, Cortes e Protocolos Internacionais. Concomitantemente, mas na contra-mão da efetivação

dos direitos humanos, crescia a hegemonia da doutrina liberal e, em 1995, cria-se a Organização Mundial do Comércio inaugurando um processo de coordenação política entre este organismo, o FMI e o Banco Mundial, que acelera sobremaneira os processos de ajuste estrutural. Ao crescente fortalecimento destes organismos, corresponde a paulatina fragilização do sistema ONU, tornando cada vez mais distante o alcance de todos os direitos humanos para todas as mulheres e mais difícil ainda coibir as suas violações.

No ano em que o primeiro Fórum Social Brasileiro coloca as políticas de ajuste entre os eixos prioritários de debate, a segunda edição desse Caderno responde à necessidade de um número cada vez maior de lideranças feministas, educadoras populares e dirigentes de organizações da sociedade civil de terem instrumentos para uma formação política compartilhada, ampliando as suas possibilidades de engajamento ativo e propositivo no exercício coletivo de formular alternativas de desenvolvimento e de democratização do Estado. Neste sentido, a Plataforma Política Feminista, aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras realizada em 2002, é um documento contundente.

As mudanças, entretanto, não estão dadas. Esta segunda edição chega a público no momento em que o novo governo propõe um conjunto de reformas institucionais, ainda sob as condicionalidades dos acordos com FMI, em que se acena com a possibilidade de realizar-se novos acordos com o FMI; um momento no qual a aliança FMI, BIRD e OMC em prol do livre comércio se fortalece. Partimos da avaliação de que foi importante, e agora é mais ainda, o aprofundamento da análise política feminista sobre o Ajuste e o fortalecimento dos movimentos de mulheres, motivados, organizados, articulados, capazes de sustentar as mudanças desejadas. Afinal, parece que vivemos mais do que uma época em transformação, para a possibilidade de inaugurar um período de mudança de época.

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos ao SOS CORPO – Gênero e Cidadania, por todo o investimento material, financeiro e técnico da sua equipe na publicação desta segunda edição. Também queremos manifestar a nossa gratidão às companheiras Magnólia Said e Flávia Barros, da Rede Brasil, pessoas nas quais a Iniciativa de Gênero e a AMB têm encontrado o compromisso e o apoio firme para o desenvolvimento de suas atividades, inclusive as duas edições deste Caderno.

Mais do que uma boa leitura, esperamos que você tenha neste Caderno um suporte para o debate profícuo e argumentação em prol da mobilização política das mulheres num contexto de lutas contra as políticas de Ajuste e o livre comércio.

Guacira Cesar de Oliveira
(Cfemea)

e Silvia Camurça
(SOSCORPO-AMB/Secretaria Executiva)

Carta às leitoras.

Ajuste Estrutural,
Pobreza e Desigualdade de Gênero.
Iniciativa de Gênero

O Caderno que você tem em mãos aborda um tema complexo e, em geral, pouco acessível para a maioria das pessoas: as políticas de ajuste estrutural. Com esta publicação, pretendemos promover a circulação de informações críticas sobre a relação entre essas políticas e o cotidiano das mulheres. Para isso apresentamos uma síntese das informações básicas para se entender o assunto, fazemos considerações sobre as implicações do Ajuste na vida das mulheres e ensaiamos uma leitura do Ajuste na perspectiva do feminismo e da igualdade de gênero.

De forma resumida, as políticas de ajuste podem ser definidas como um leque de medidas governamentais que foram e estão sendo desenvolvidas na maioria dos países do chamado Terceiro Mundo,

entre eles o Brasil. Tais políticas seguem um padrão semelhante que compreende, entre outros aspectos, a redução da responsabilidade social do Estado, a ênfase na estabilidade da economia, a abertura dos mercados nacionais para o capital internacional e a privatização das empresas estatais.

A aplicação das políticas de ajuste é orientada e estimulada por diferentes meios, sendo implementadas sobretudo através de acordos assinados entre os governos nacionais e as Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs). Nesse caso, as políticas de ajuste emergem como condicionalidades ou exigências para consecução de empréstimos junto ao Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e bancos regionais, como o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID).

A importante influência dessas instituições financeiras para adoção das políticas de ajuste é o que nos leva a escrever este Caderno no contexto da *Iniciativa de Monitoramento da Ação das IFMs no Brasil na Perspectiva de Gênero*. A Iniciativa, como é chamada, é uma ação coletiva, realizada em parceria entre organizações do movimento de mulheres e da Rede Brasil, que teve início em 1999. Se propõe monitorar os efeitos dos projetos financiados pelo Bird e BID e, desde o ano 2000, incluiu entre suas atividades um plano de comunicação em torno da ação das Instituições Financeiras Multilaterais frente às políticas de ajuste. Este Caderno é um produto dessa atividade.

Um primeiro destaque que fazemos é que muitas esferas da vida cotidiana, e não apenas a economia, são afetadas com a introdução das medidas do Ajuste: o mercado de trabalho, os serviços públicos de saúde e educação, o sistema de leis de cada país. Dito de outra forma, as políticas de ajuste afetam a esfera cotidiana da organização do trabalho dentro e fora de casa, afetam a esfera cotidiana de organização da produção e distribuição da riqueza, bem como a organização da produção e reprodução da vida.

Um segundo destaque é que os efeitos das mudanças provocadas pelo Ajuste Estrutural não são iguais para todos os países nem para todas as pessoas. Em geral, as elites econômicas beneficiam-se com essas políticas, pois elas abrem novas oportunidades de negócios para as economias desenvolvidas com custos mais baixos e lucros maiores. Já as classes médias e as populações mais pobres de todos os países experimentam uma considerável piora nas suas condições de vida, além do crescente desrespeito e ameaça aos seus direitos econômicos, sociais e culturais.

Quanto a nós, mulheres, fica cada vez mais claro que as políticas de ajuste estrutural agravam e se apoiam nas desigualdades de gênero, colocando novos empecilhos ao processo de transformação das relações sociais e de gênero e na luta pela igualdade. Essa denúncia vem sendo feita pelo feminismo desde os anos 80 e voltou ao debate internacional em 1995, na cidade de Beijing (na China), durante a *IV Conferência Internacional sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz*. Desde então, o tema vem

ganhando novo espaço na pauta dos movimentos de mulheres, processo que esperamos fortalecer com a divulgação deste Caderno.

Apesar do seu impacto no cotidiano das pessoas, as questões relacionadas com as políticas de ajuste estrutural raramente são apresentadas de maneira clara para os diversos setores da sociedade civil. Em geral, aparecem fragmentadas, numa linguagem ao mesmo tempo técnica e despolitizada. Isto dificulta a interpretação do significado das medidas governamentais, torna mais complexa e difícil a avaliação dos resultados do Ajuste e funciona ainda como obstáculo à incorporação do tema na agenda dos movimentos sociais recentes, entre eles o movimento de mulheres. Com este Caderno, esperamos levar informação mais acessível e clara às organizações de mulheres, mas também provocar o debate e a reflexão sobre o tema.

Um terceiro destaque que fazemos é que as políticas de ajuste estão sob questionamento desde sua origem. Em todos os países que implementaram *Programas de Ajuste Estrutural*, os chamados Paes, os governos encontraram resistência. Essas políticas foram objeto de estudos, alvo de denúncias e tornaram-se elementos mobilizadores de manifestações contrárias à sua implementação. Por conta das inúmeras críticas recebidas, os Paes já não são aplicados hoje em dia conforme foram planejados, mas persistem as políticas de ajuste implementadas de maneira muito similar nos diferentes países. Isso se explica pelo fato das políticas de ajuste serem funcionais ao estágio atual da globalização.

Nos anos recentes, tem crescido a resistência aos processos de globalização, bem como as manifestações contra o empobrecimento e o aumento das desigualdades no mundo. Essa resistência empresta novo fôlego aos movimentos contra o Ajuste, políticas que enfrentam agora críticas globais. A reação da sociedade civil à globalização, ao liberalismo e, por tabela, às políticas de ajuste, compreende diversas modalidades. Existem as iniciativas de ações em redes, especificamente voltadas para monitorar as Instituições Financeiras Multilaterais. Ocorrem cada vez mais manifestações de massas, movimentos não institucionalizados, saída às ruas em sinal de descontentamento com a globalização e seus resultados. E há ainda as tentativas de elaboração e articulação de propostas alternativas à lógica liberal dominante. A difusão de informações acessíveis, com novos convites à mobilização, também faz parte dessa corrente de resistência. O Caderno que você está lendo busca responder também a essa preocupação, ser um estímulo à ação política das mulheres frente ao tema do Ajuste.

Escrevemos este Caderno para educadoras, lideranças e dirigentes de organizações de mulheres, isto é, pessoas que podem contribuir para a ampliação do debate junto às outras mulheres integrantes de seus grupos, sejam esses grupos de mulheres urbanos ou rurais, comissões de mulheres de sindicatos e partidos, núcleos de estudos de gênero de universidades, e, especialmente, ONGs, redes e coletivos feministas. Porém, as discussões que trazemos não interessam apenas a esses grupos. É importante que o

debate também chegue até outros movimentos sociais, ainda pouco familiarizados com o tema e com as questões de gênero. Por isso, sugerimos que divulgue amplamente o Caderno junto a seu círculo de amizade, trabalho e militância e que organize atividades de debate de seu conteúdo com as mulheres de sua organização, as estudantes de sua turma de alunos, companheiras de militância ou qualquer outro grupo que você frequente.

O Caderno está dividido em três partes: há um Texto-base (parte 1) e, em seguida, várias Leituras Complementares (parte 2). Na terceira parte há sugestões de atividades educativas. O Texto-base contém as informações principais para compreender o que são as políticas de ajuste estrutural, como vêm sendo implementadas no Brasil e quais as conseqüências, questionamentos e debates sobre esses tópicos. As leituras complementares esclarecem e aprofundam os assuntos tratados no Texto-base. As sugestões de atividades incluem oficinas, pesquisas e dicas para ações de comunicação.

O conjunto dos textos pode ser lido em seqüência, para maior compreensão do tema, ou separadamente para estudos e oficinas. Nas leituras complementares incluímos, ao final de cada texto, questões para reflexão e debate. São perguntas que estão colocadas para o movimento, e que, em certa medida, desafiam nossas práticas e concepções.

Ao final dos textos você encontra a bibliografia que consultamos. É uma fonte de informação para ler mais, saber mais e aprofundar o que aqui está descrito ainda de forma inicial.

Como vê, trata-se de um Caderno com reflexões, informações e problematização para apoio à sua atuação, que pretende inspirar resistência e ação coletiva do movimento de mulheres.

Esperamos contar com sua colaboração no momento de avaliar a importância deste Caderno. Para isso, pedimos que você reproduza, preencha e nos envie por correio a última página deste Caderno. O custo com correio e envelope precisará ser pago por você. Essa será sua pequena contrapartida para este trabalho de debate sobre o Ajuste Estrutural, Pobreza e Desigualdade de Gênero, cujo Caderno lhe chegou gratuitamente.

Boa leitura e bom trabalho!

PARTE 1

TEXTO-BASE

O que são as políticas de ajuste?

Ajuste Estrutural,
Pobreza e Desigualdade de Gênero.
Iniciativa de Gênero

O QUE SÃO AS POLÍTICAS DE AJUSTE ESTRUTURAL?

As políticas de ajuste estrutural são diretrizes econômicas e políticas de governo inspiradas nos princípios do neoliberalismo. Em toda parte onde são implantadas, seguem um modelo semelhante (assunto aprofundado na Leitura Complementar n.1).

Essas políticas foram sendo construídas e colocadas em prática ao longo dos últimos 50 anos, à medida que se sucediam crises na balança de pagamentos dos países ocidentais. Organizaram-se como modelo a partir dos anos 70 e consolidaram-se como programa, sobretudo nos anos 80. Inicialmente, políticas semelhantes foram adotadas entre os países europeus. Logo depois foram transpostas e, em certa medida, impostas aos países latino-americanos. Consideramos que tais políticas não foram totalmente impostas aos nossos países, porque boa parte de nossas elites

e governos de perfil liberal concordam com elas e, às vezes, são mais rígidos em sua aplicação do que os próprios países que as formularam.

Por conta de sua origem, as políticas de ajuste estão orientadas ao saneamento das finanças públicas dos países latino-americanos de modo a liberar recursos financeiros para o desenvolvimento da economia. Na prática, essa idéia traduz-se na liberação de recursos para o pagamento das dívidas e dos compromissos comerciais. Mais recentemente, ganhou importância o objetivo de promover uma integração desses países ao processo de globalização econômica, mas essa integração é subordinada à lógica dos grupos econômicos e dos países que detêm poder no processo de globalização.

O pressuposto básico das políticas de ajuste – ou seja, a crença em que essas políticas se baseiam – é que as necessidades da economia estão à frente das demandas dos grupos sociais excluídos ou em desvantagem. Isso é assim porque, para o ideário neoliberal, a idéia de justiça social é uma idéia irrelevante e o direito à participação política (que é o meio pelo qual se organizam as demandas dos grupos sociais) é muito menos importante que os interesses de mercado.

FASES DO AJUSTE

Identificam-se três importantes fases ou tendências na implantação das políticas de ajuste estrutural. Partindo da análise de Maria Alice

A crise da dívida externa

Quase todos os países da América Latina contraíram dívidas com bancos internacionais quando os juros eram ainda baixos. A finais dos anos 70, os Estados Unidos decidiram aumentar as taxas de juros (de 7% a 21%) como forma de enfrentar a crise interna do país. Esse aumento fez pular as dívidas contraídas até patamares praticamente impagáveis. Até hoje, as nações latino-americanas tentam saldar seus débitos, o que exige enormes esforços. A dívida fragiliza, também, o poder de negociação dessas nações no âmbito internacional, ao mesmo tempo em que fortalece o papel das IFMs. Em parte por isso, os rumos das economias do sul das Américas terminam sendo decididos fora. Os países endividados já cogitaram deixar de pagar a dívida mas hoje essa parece uma possibilidade remota.

Dominguez Ugá (Ugá, 1997), podemos fazer a identificação correspondente à região da América Latina:

Anos 70: Drásticos programas de ajuste econômico começavam a ser implementados na região para responder aos problemas gerados pela chamada *crise do petróleo*, que teve seu reflexo na *crise da dívida externa* latino-americana (ver box). Consistiam em planos de estabilização econômica de curto prazo (um a dois anos) que, pensava-se, permitiriam o reequilíbrio da balança de pagamento nos países devedores do FMI. As medidas incluíam achatamento salarial – ou seja, congelamento de salários –, bem como redução ou eliminação de subsídios à produção, que resultou num freio à produção nesses países. As medidas não conseguiram atingir o objetivo da estabilização econômica, porém causaram um enorme impacto social e aprofundaram a recessão que já vinha se constituindo ao final da década e ampliou-se nos anos 80.

Anos 80: A partir da segunda metade da década, os acordos com as instituições de crédito multilaterais, em especial com o Fundo Monetário Internacional (FMI), passaram a incluir questões estruturais (como modificação de leis e instituições) e o combate ao déficit público. A política de ajuste desse período tentava aliar a estabilidade e fim da inflação ao crescimento econômico. Essas medidas de Ajuste já foram pensadas a longo

O Consenso de Washington

Em novembro de 1989, foi realizada uma série de reuniões e seminários para a avaliação dos efeitos dos ajustes econômicos na América Latina. Esses encontros contaram com a participação de técnicos das IFMs, de representantes dos governos dos Estados Unidos e dos países latino-americanos, além de acadêmicos de diferentes países. O esforço culminou na celebração de um acordo entre o Banco Mundial, o FMI, o BID e o governo dos Estados Unidos, no qual aparecem descritas as políticas de ajuste estrutural recomendadas para a região. Muitas dessas recomendações já faziam parte dos contratos de colaboração, assinados entre as instituições de crédito e os governos desses países. Com o Consenso, as Instituições Financeiras Multilaterais e o governo dos Estados Unidos fizeram o pacto de expandir essas medidas ainda mais, introduzindo-as como condicionalidades para o crédito em todos os acordos de colaboração assinados a partir daquele momento.

prazo, não mais como uma “terapia de choque”. Muitos autores reservam a expressão “Ajuste Estrutural” apenas para essa segunda fase. Nesse período, o Ajuste Estrutural provocou muita insatisfação social pois penetrou em mais esferas do cotidiano. Apesar disso, essas políticas tornaram-se hegemônicas na região a partir de 1985. O *Consenso de Washington*, consolidado ao final da década (ver box), foi um importante marco nesse processo.

Nos anos 80, os Estados Unidos, depois de algumas décadas com déficits em seu balanço de pagamento, passaram a absorver capitais do resto do mundo (através da elevação da sua taxa de juros) e recuperaram sua hegemonia através da valorização do dólar, ampliando ainda sua capacidade de impor políticas através dos organismos multilaterais de crédito. Ao final da década, raros tinham sido os governos, de esquerda ou direita, que não tivessem adotado políticas de ajuste; a maioria o fizera em concordância com seu ideário neoliberal, que a esta altura já se tornara o pensamento hegemônico entre os governos, alguns centros acadêmicos da Europa e Estados Unidos e parte da imprensa do mundo.

Anos 90: As exigências políticas, e não apenas econômicas, ganharam mais destaque nos acordos entre as Instituições Financeiras Multilaterais e os governos dos países latino-americanos. Tratava-se de responder aos problemas políticos gerados pela resistência de parte das bases governistas e setores

da sociedade civil ao Ajuste na fase anterior. Correspondem a esse momento as novas medidas do ajuste orientadas para a chamada correção de rumo, de modo a manter a política com redução de seus efeitos sociais danosos. Esse período coincidiu com o começo da adesão brasileira às recomendações para o Ajuste, adesão que iria se tornar cada vez mais irrestrita.

O CONTEÚDO DAS REFORMAS

Aqui apresentaremos as principais medidas incluídas nos acordos de colaboração com as Instituições Financeiras Multilaterais, sobretudo para a segunda e terceira fases de implementação. Várias fontes foram utilizadas para a elaboração desta síntese, das quais destacamos as contribuições de Maria Alice Domingues Ugá (1997), Aurélio Viana Jr. (1998) e Laura Soares Tavares (2000). Esperamos que sua leitura possa contribuir para uma melhor compreensão e identificação dessas políticas e de seus efeitos.

Lembramos inicialmente que as medidas do ajuste pretendem responder ao duplo objetivo de promover a estabilidade econômica e de estimular o crescimento da economia dos países. Ambos os processos são apresentados, pelas Instituições Financeiras Multilaterais e pelos governos, como sendo necessários ao desenvolvimento das nações. A concepção de desenvolvimento que orienta as políticas do ajuste defende que a economia de mercado é a fonte, o centro e o fim do desenvolvimento, isso explica

por que, como veremos a seguir, as medidas estão focadas na economia. Para melhor compreender essas concepções de desenvolvimento, incluímos e sugerimos a Leitura Complementar nº3, que trata do discurso do desenvolvimento e como o gênero aparece neste discurso.

As principais medidas que conformam as políticas de ajuste são: desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, privatização do setor público de serviços, reforma do Estado, flexibilização do mercado de trabalho e estabilização monetária, todas voltadas para a liberalização da economia.

DESREGULAMENTAÇÃO DOS MERCADOS

Para a ideologia neoliberal, a regulação das atividades econômicas pelo Estado é o fator que inibe os investimentos e provoca recessão. Nos lugares onde as políticas de ajuste são implementadas, esse princípio é respeitado, retirando-se do Estado a função de estabelecer normas que regulem as transações econômicas. Observa-se que esse princípio vale principalmente para os Estados dos outros, porque muitos Estados de economias desenvolvidas continuam defendendo leis que interessam e favorecem suas empresas, ao mesmo tempo que se exige que os nossos Estados não interfiram na economia. Enfim, a desregulamentação dos mercados não é ampla nem irrestrita, está orientada para o interesse de alguns agentes econômicos dos países ricos, onde são formuladas as políticas de ajuste.

O resultado disso não podia ser diferente: cresce a desigualdade entre os países. Segundo o historiador Perry Anderson (1996), a desregulamentação provoca mais o incremento das atividades especulativas (capital financeiro, câmbio, etc.) e menos o crescimento das economias dos países que adotam a desregulamentação. Nicola Bullard (1999) alerta quanto aos efeitos da desregulamentação dos mercados na precipitação de crises como a que, em 1997, levou à quase falência a Coréia do Sul, Malásia, Tailândia e Indonésia.

ABERTURA COMERCIAL E FINANCEIRA

Significa a eliminação de barreiras para a entrada de produtos e do capital estrangeiro nos países latino-americanos. Trata-se, em outras palavras, da revisão de acordos comerciais entre países, de modo a facilitar a entrada de capital norte-americano e europeu. Teoricamente, a medida é justificada em nome da necessidade de inserir cada vez mais os países latino-americanos no fluxo da globalização econômica. A principal crítica é que essas economias não estão em condições de competir em pé de igualdade com economias de capitalismo avançado, como a dos Estados Unidos. Maria Alice Domingues Ugá (1997) considera que isso provocaria um impacto negativo no setor empresarial nacional. Outro aspecto que se deve lembrar é que, como já dissemos, os países ricos continuam mantendo suas barreiras e seus subsídios a certos setores da economia, barrando a entrada de produtos mais baratos de outras regiões do mundo. A abertura comercial e financeira não é exigida igualmente de todos os países.

PRIVATIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

Nos países que fazem o Ajuste, os empreendimentos governamentais (energia, comunicações e outros serviços) passam às mãos das empresas privadas, em geral de capital estrangeiro. Essa medida faz parte do esforço de diminuir o papel do Estado como agente econômico. A idéia de fundo é que o Estado é incapaz de gerir tais empreendimentos, o que termina provocando custos ao invés de lucros. Há muitas críticas contra a privatização. Uma das mais importantes é que os setores privatizados são estratégicos aos países e não deveriam passar a mãos de empresas transnacionais que não têm compromisso com as populações. Outra crítica é que os países que privatizaram suas empresas nem por isso melhoraram suas contas públicas (Parry Anderson, 1996).

A Saprin (Rede Internacional de Revisão Participativa do Ajuste Estrutural) constatou que, em oito países, a privatização trouxe prejuízos para os trabalhadores e trabalhadoras (demissão, insegurança no trabalho, etc.), aumento dos custos para os usuários e, freqüentemente, queda na qualidade dos serviços. (Saprin, 1999).

REFORMA LIBERAL DO ESTADO

Visando diminuir o gasto público e gerar superávit para pagamentos de dívidas, as Instituições Financeiras Multilaterais aconselham os países latino-americanos a reestruturarem em profundidade suas instituições e

os princípios de funcionamento do Estado. O Estado Mínimo neoliberal (onde o Estado concentra apenas aquelas funções que nenhum outro agente pode realizar) foi o primeiro modelo dessa reforma. Como veremos mais adiante, esse tipo de Estado foi alvo de muitas críticas e hoje não é mais cogitado, embora a idéia de reforma mantenha-se na agenda do ajuste com forte influência do pensamento liberal.

A Reforma do Estado propugnada pelas políticas de ajuste impõe severas reduções no orçamento público, o que na prática se traduz em cortes para as políticas sociais – cortes na área de saúde, na educação, nas aposentadorias e seguro desemprego, principalmente. Nesse tipo de reforma do Estado, usualmente, políticas de abrangência universal são substituídas por políticas compensatórias, que atingem apenas alguns setores da população (os mais pobres entre os pobres), não chegando a constituir direitos de todas as pessoas. Além de serem insuficientes, as políticas compensatórias jogam as populações pobres, de uma mesma comunidade ou comunidades vizinhas, umas contra as outras na disputa pelos parques benefícios, criando mais obstáculos para sua organização pela efetivação de direitos.

A Reforma do Estado é um dos pontos mais polêmicos do Ajuste Estrutural. Nesse caso, as críticas centram-se no impacto negativo dessa medida no cotidiano das pessoas pobres, que são as usuárias mais numerosas dos serviços públicos de educação e saúde básicas. É importante ressaltar que, nos países latino-americanos, as políticas

sociais já eram insuficientes antes do Ajuste e que sua diminuição é responsabilizada diretamente pelo aumento da pobreza na região. Assim concluem os trabalhos de Laura Tavares Ribeiro Soares (1999) e de Maria Alice Dominguez Ugá (1997).

Para nós, mulheres, o retrocesso do Estado nas áreas de saúde, educação e previdência social nos afeta duplamente. Como os homens, somos lesadas nos nossos direitos fundamentais. Além disso, a ausência do Estado aumenta nossa carga de trabalho não remunerado: somos nós que cuidamos dos doentes em casa quando faltam hospitais, que tomamos conta das crianças quando fecham creches e pré-escolas ou quando se reduzem as vagas nas escolas. Somos nós, também, as que somos convocadas e temos trabalhado voluntariamente ou a baixo custo para compensar a redução ou ausência dos serviços públicos, como é o caso da saúde comunitária – basta lembrarmos as voluntárias da Pastoral da Criança e as Agentes Comunitárias de Saúde.

Esses fatos são exemplos de como as políticas de ajuste se apoiam nas desigualdades entre mulheres e homens para poderem efetivar-se. A divisão sexual do trabalho coloca sobre as mulheres a carga do trabalho doméstico. É esse o trabalho que aumenta com o Ajuste, sustentando a redução da ação do governo nas políticas sociais e serviços de educação e saúde. De modo geral, quando os economistas falam em redução de custos, cortes nos gastos sociais, estão na verdade camuflando que esses custos passaram da esfera econômica remunerada (o mercado de trabalho

do funcionalismo público) para a não remunerada (o trabalho voluntário das mulheres, mães, tias, avós, irmãs, na família e nas comunidades). Como afirmam as feministas, esse cálculo nunca é feito pelos economistas (Diane Elsen, 1997).

FLEXIBILIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

As políticas de ajuste incluem também medidas legais que alteram as relações de trabalho, estimulando a contratação temporal e precária da mão-de-obra em detrimento do emprego estável, o que se consegue baixando o custo das demissões e criando novas modalidades de relações de trabalho (isso tem a ver com as propostas de contrato temporário, fim da estabilidade no emprego, etc.). Essa é uma medida que favorece sobretudo as empresas nacionais e transnacionais, que podem se deslocar de um lugar para outro rapidamente sem maiores custos com demissão de empregados.

Para a ideologia neoliberal, as leis que protegem os trabalhadores e as trabalhadoras atuam como impedimentos ao dinamismo econômico. O principal argumento é que os encargos sociais desestimulam investimentos gerando desemprego.

Na realidade, a flexibilização dos contratos de trabalho não acabou com o desemprego nos países que mudaram suas leis trabalhistas. O que aconteceu foi que grande parte da população perdeu estabilidade, direitos e é hoje mais pobre do que antes. Deve-se considerar, ainda, que a flexibilização tem piores conseqüências quando acontece em

contextos como o brasileiro, em que a maioria da população vivia do mercado informal mesmo antes da implementação das políticas de ajuste. Nestes casos, a flexibilização mantém e amplia o mercado informal e o emprego precário.

As mudanças no mercado de trabalho afetaram a situação das mulheres trabalhadoras de muitas maneiras. Um estudo de Analia Laura Batista mostrou que, no Brasil, há muito mais mulheres do que homens trabalhando de forma precária e sem benefícios sociais.

Do total de trabalhadoras, 17% estão no setor do emprego doméstico, onde vêm experimentando sucessivas perdas salariais desde que as políticas de ajuste estrutural começaram a ser implementadas no País. Já as mulheres no setor industrial (minorias em relação aos homens) estão sofrendo agravos à sua saúde, incluindo o aumento dos casos de Lesões por Esforços Repetitivos – LER, práticas de humilhação e outras agressões diretamente relacionadas à perda de estabilidade e de segurança no emprego. As trabalhadoras são, igualmente, mais afetadas do que os homens pelo desemprego (em 2000, o desemprego feminino superou em 5% o masculino). Analia também destaca que as políticas de ajuste estrutural não têm contribuído em nada na superação das desigualdades de gênero e raça em relação a salários – as mulheres continuam ganhando menos do que os homens, as mulheres negras continuam ganhando menos do que os homens (brancos e negros) e do que as mulheres brancas.

ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA

Para fazer frente à inflação e atrair investimentos de fora, as políticas de ajuste estrutural perseguem a criação de moedas estáveis nos países da América Latina. A luta contra a inflação passa a ser o objetivo prioritário dos governos, justificando a adoção de medidas de ajuste rigoroso que provocam o empobrecimento da população. A pressão internacional em favor da estabilização responde, em grande parte, ao medo de que os países latino-americanos não consigam cumprir seus compromissos de pagamento das dívidas e decretem moratórias, como aconteceu com o México em 1982.

NOVAS MEDIDAS NAS POLÍTICAS DE AJUSTE

As medidas de ajuste estrutural provocaram conflitos e resistências de intensidade variável em todos os países onde foram implementadas. A profundidade e velocidade do Ajuste dependeram, em parte, da correlação de forças entre os diversos segmentos sociais e da possibilidade dos governos concentrarem poder. Assim, os países que iniciaram o Ajuste com regimes autoritários (como o Chile, que fez o Ajuste durante a ditadura de Pinochet) ou quase autoritários (como foi o caso do México, que aplicou essas políticas durante os longos anos de governo do PRI) completaram as recomendações com maior rapidez e profundidade. Já a Argentina e o Brasil não seguiram com a mesma presteza o programa das Instituições Financeiras Multilaterais, embora o Brasil seja atualmente considerado pelo FMI um exemplo bem-sucedido de Ajuste.

Os obstáculos ao Ajuste vêm, de um lado, da organização da sociedade civil, mas também da ausência de condições administrativas, sociais e financeiras de determinados governos para levar a termo essas medidas. Por isso, nos anos 90, um último grupo de recomendações foi dirigida a aspectos políticos: referem-se ao aumento da governabilidade e da governança.

Governabilidade e governança são termos criados pelo Banco Mundial. O primeiro define a capacidade política de determinado governo para intermediar interesses, garantir legitimidade e governar. Já a palavra *governança* define a capacidade financeira e administrativa dos Estados para levarem a termo suas decisões. No marco das políticas de ajuste, o aumento da governabilidade e da governança num determinado país implica que essas políticas poderão ser mais rapidamente implementadas. Por isso, as instituições multilaterais de financiamento estão incluindo esses novos aspectos políticos entre as condicionalidades para o crédito.

Como indicam as análises de Maria Alice Domingues Ugá (1998), consegue-se o aumento de governabilidade realizando mudanças no sistema jurídico, reformas tributárias e modificações no sistema político que permitem o avanço do Ajuste, mesmo quando existe uma forte oposição da sociedade civil. Frequentemente, essas medidas permitem maior concentração de poder nas mãos do Executivo, ameaçando o funcionamento democrático dos países. A Argentina, o Brasil e o Peru já efetuaram essas reformas. Nesse último país, lembramos que o então presidente Alberto Fujimori decretou um auto-

golpe militar para poder efetivar essas reformas. No caso do Brasil, é interessante perceber que a Constituição de 1988 é a que sofreu mais emendas em toda a história constitucional brasileira para garantir que o Ajuste fosse desenvolvido no país. Outra maneira de governar ignorando os pactos sociais, os mecanismos democráticos e a insatisfação popular é usando Medidas Provisórias.

As críticas da sociedade civil e o visível impacto dessas políticas na vida das populações empobrecidas, bem como no aumento das desigualdades sociais forçaram também as IFMs a introduzirem algumas “medidas corretivas” na recomendação sobre Reforma do Estado. Como já dissemos, a idéia do Estado Mínimo está sendo abandonada. Fala-se, agora, na “reconstrução do Estado”, pois é percebido que algumas áreas não podem ser submetidas à iniciativa privada. Na Leitura Complementar n.5, você encontrará um exemplo prático de implementação dessa recomendação das IFMs: a Reforma Liberal do Estado no Brasil.

Como medida complementar, estão sendo financiados e estimulados programas para reduzir o impacto do Ajuste entre os mais pobres. Como já dissemos, são programas compensatórios voltados para ajudar as famílias mais pobres entre os pobres. Essas medidas compensatórias incluem desde ajuda alimentar e remédios até ajuda financeira. É o chamado “desenvolvimento com face humana”, que emergiu desde 1987 no discurso das instituições multilaterais.

FAZENDO UM BALANÇO DAS POLÍTICAS DE AJUSTE

Dissemos que as políticas de ajuste estrutural, a partir de 1985, buscam promover a estabilização econômica e o crescimento das economias dos países. É hora de perguntarmos se esses objetivos foram alcançados e quais as implicações disso.

ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA

As medidas propostas pelas Instituições Financeiras Multilaterais, sobretudo pelo FMI, não funcionaram. Como afirma Gita Sen (2001), vivemos num mundo instável economicamente, de extrema insegurança, onde regiões inteiras do planeta podem entrar em crises que devastam suas economias e acentuam seus problemas sociais. Os efeitos de uma crise econômica dos dias de hoje, afirma Gita, somente podem ser comparados ao estrago que, em outras épocas, causavam as guerras. Os países simplesmente quebram do dia para a noite. Muitos deles seguiam a risca as recomendações do FMI. Foi o caso dos *Tigres Asiáticos* que, antes da crise de 1997, chegaram a ser considerados um modelo para o desenvolvimento das nações pobres.

O fracasso desse modelo provocou um amplo questionamento da eficácia das recomendações do FMI, não apenas pela sociedade civil, mas também pelos governos de alguns países e, inclusive, pelo próprio Banco Mundial. Parece que o *Consenso de Washington* sofreu um importante abalo com esse questionamento, até o ponto de hoje falar-se de um *Consenso*

Pós-Washington, que adota princípios diferentes. São os próprios dirigentes do Banco Mundial que advogam por isso (Nicola Bullard, 1999).

CRESCIMENTO ECONÔMICO

Na região da América Latina, houve um relativo crescimento das economias desde os anos 80, superando-se a recessão dos 70. Porém, isso não teve nenhum impacto na redução da pobreza. Muito pelo contrário, as próprias estatísticas do Banco Mundial mostram que, na região, o número de pobres aumentou em cerca de três milhões, somente na primeira metade dos anos 90. Muitos desses pobres são mulheres.

Os movimentos sociais, sobretudo os movimentos de mulheres, vêm denunciando há tempos que as políticas de ajuste empobrecem mais rapidamente as mulheres. O aumento da pobreza vê-se estimulado pelos cortes na área social, que sobrecarregam o cotidiano das mulheres com a execução de trabalho não remunerado, diminuindo seu tempo para aumentar sua própria renda e da família.

A conclusão a que facilmente podemos chegar é que o crescimento econômico, quando não acompanhado de políticas de redistribuição da riqueza, não reduz a pobreza e ainda pode criar novas formas de desigualdade (Constanza Moreira, 1999). Outra conclusão é que, sem mudança das relações de gênero, a pobreza entre as mulheres também não será resolvida, posto que gênero é uma das desigualdades estruturadoras da concentração de riqueza e reprodução da pobreza. Em outras palavras,

Os artificios dos acordos entre o Brasil e o Banco Mundial

Apesar de ter adotado como objetivo a redução da pobreza, o Banco Mundial vem diminuindo o apoio a projetos sociais e, até, de investimento, enquanto amplia os recursos para o pagamento da dívida externa e para as políticas de ajuste estrutural – que comprovadamente provocam mais pobreza nos países. Para isso, em alguns países, entre eles o Brasil, o Banco Mundial está experimentando uma nova modalidade de empréstimos denominada *Empréstimo Programático de Ajuste Estrutural*. Sua característica principal é que o Governo recebe o dinheiro após a realização das reformas e não antes, como nas outras modalidades. Na prática, esse dinheiro entra nos cofres públicos e sai em seguida para o pagamento da dívida externa. Flávia Barros (2001), da Rede Brasil, define bem esta situação: o governo brasileiro contrai mais uma dívida para o pagamento da dívida externa.

podemos afirmar que é impossível combater a pobreza sem combater a concentração de riqueza e a forma como a riqueza é produzida e apropriada por uns poucos. Entretanto, os ideólogos das políticas de ajuste não consideram a concentração de riqueza como problema do desenvolvimento; tratam-na apenas como “um fenômeno” econômico que nada tem a ver com as políticas de ajuste.

A esta altura, você deve estar se perguntando por que motivo os governos assinam esses acordos e aceitam essas idéias. Há muitas respostas a essa questão. Uma delas é que, infelizmente, nossos governantes estão muito pouco comprometidos com o bem-estar da população e muito preocupados com os interesses das elites econômicas nacionais e transnacionais, que extraem enormes benefícios da nova situação.

De outro lado, os governos aceitam as condições das Instituições Financeiras Multilaterais porque, em troca, conseguem empréstimos para o desenvolvimento. Quando analisamos as condições para o crédito, porém, esse motivo mais parece uma justificativa do que uma motivação real. Em vez de estarem financiando projetos de caráter social ou que ajudem a reduzir o impacto das reformas, as IFMs exigem que boa parte do dinheiro seja destinado apenas à implementação do ajuste. Muitas vezes, os empréstimos chegam ao país e saem diretamente para pagamento dos juros da dívida externa, caso vivido pelo Brasil (ver box).

Em geral, os projetos financiados pelas IFMs são muito questionáveis quanto ao benefício que provocam não apenas para a população como para as próprias contas do país.

Finalmente, o volume de recursos que as IFMs emprestam aos países costuma ser insignificante quando comparado ao orçamento público geral. Essa análise foi levantada por Aurélio Viana Jr. (1998) para o caso do Brasil. Segundo esse autor, o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) e a Corporação Financeira Internacional (ambos agentes financeiros do Grupo Banco Mundial) concederam, até 1998, empréstimos ao Brasil no valor de 24 bilhões de dólares e 1,2 bilhão de dólares, respectivamente. Os empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento foram equivalentes a 24 bilhões de dólares. Apesar de parecerem valores muito altos, eles correspondem apenas a 1% do Orçamento da União. Vianna Jr. conclui que, na verdade, a influência das IFMs não deve ser procurada nos valores que emprestam: elas estão atuando como uma “inteligência” subsidiária dos governos para a elaboração das políticas públicas nacionais.

NOVAS PERSPECTIVAS. CAMINHOS NA LUTA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E DO MOVIMENTO DE MULHERES

As críticas às políticas de ajuste estrutural estão hoje articuladas em diversos campos de resistência da sociedade civil. Entendemos como *campos de resistência* aquelas manifestações e atitudes organizadas, refletidas e coletivas que levantam críticas e propõem alternativas ao modelo de desenvolvimento que vimos até aqui.

Freqüentemente, as críticas articulam vários aspectos difíceis de isolar no contexto contemporâneo e que tivemos oportunidade de discutir brevemente neste Caderno: políticas de ajuste estrutural, neoliberalismo, globalização. Vamos conhecer, agora, algumas dessas formas de resistência.

MONITORANDO E AVALIANDO IMPACTOS

Pelo mundo afora, estão proliferando redes e outros tipos de articulação que questionam o impacto das políticas de ajuste estrutural, cobram mudanças de atitudes das Instituições Financeiras Multilaterais e pedem aos governos que tenham mais compromisso com seu povo. As ações de tais redes e articulações raramente ganham visibilidade fora da esfera dos movimentos sociais, porém elas vêm provocando alguns importantes avanços na relação dessas instituições financeiras com a população dos países onde atuam.

No Brasil, a forte pressão da sociedade civil organizada, através da Rede Brasil, forçou o Governo e os bancos a tornarem públicos os acordos que acompanham os empréstimos, embora as demandas da sociedade não sejam ainda contempladas nos processos de negociação. Também estão começando a ser instalados meios para que a população avalie e questione o impacto dos projetos financiados com recursos do Banco Mundial. Apresentaremos algumas das articulações responsáveis por essas mudanças.

Rede Internacional de Revisão Participativa do Ajuste Estrutural – Saprin.

Lançada oficialmente em 1997, conta com a participação de 1.200 organizações da sociedade civil de várias regiões do mundo. Organiza processos públicos e participativos para determinar o impacto real dos programas de reforma econômica apoiados pelo FMI e pelo Banco Mundial. Fez revisões dos programas de ajuste estrutural nos seguintes países: Bangladesh, Equador, El Salvador, Gana, Hungria, Mali, Uganda e Zimbábue. Além de gerar informações, elabora propostas alternativas para o desenvolvimento das nações pobres.

Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

De abrangência nacional, a Rede Brasil articula organizações que acompanham e intervêm em questões relativas à ação das Instituições Financeiras Multilaterais. A Rede Brasil pretende democratizar informações e constituir um espaço de articulação e discussão sobre as políticas e os projetos apoiados por essas instituições para intervenção frente ao governo brasileiro e ao poder legislativo, nos níveis local, regional e nacional. Na América Latina existem outras redes como essas, várias delas reuniram-se no Brasil, em 2000, por convocação da Rede Brasil; foi o primeiro encontro dessas redes e nele começou a ser construída uma articulação entre as redes latinas.

Iniciativa de Monitoramento da Ação das IFMs no Brasil numa Perspectiva de Gênero – Iniciativa de Gênero.

Proposta que persegue promover a incorporação do controle social sobre a ação das IFMs como parte do leque de intervenções dos diversos movimentos sociais, sobretudo das organizações de mulheres. A Iniciativa adota a perspectiva da igualdade de gênero, procurando entender e defender o ponto de vista das populações atingidas pelos programas, projetos e políticas promovidas pelas Instituições Financeiras Multilaterais, em especial das mulheres. Até o momento, a Iniciativa alcançou cerca de 40 organizações e alguns fóruns de mulheres das diferentes regiões do Brasil. Seu objetivo principal é a produção de conhecimento crítico sobre as ações do BID, Bird e FMI, principalmente do ponto de vista do seu impacto sobre a vida das mulheres. Este Caderno é um exemplo do tipo de material que a Iniciativa quer produzir. Outras ações promovidas no marco da Iniciativa são: seminários, reuniões e encontros de discussão sobre esses assuntos e o monitoramento de projetos de desenvolvimento financiados com recursos das IFMs.

Marcha Mundial de Mulheres contra a Pobreza e a Violência Sexista.

A Marcha das Mulheres, como ficou conhecida, foi uma ação global, internacional que veio sendo construída ao longo de 1999 e 2000, e que tomou a forma de várias manifestações em diferentes cidades de muitos países do mundo. A Marcha

aglutinou amplos setores dos movimentos de mulheres e feministas, rurais e urbanas, e constituiu-se na manifestação pública mais expressiva das mulheres quanto ao tema da pobreza no ano 2000.

Atualmente muitas redes estão produzindo e divulgando análises sobre temas relativos às políticas de Ajuste, o livre comércio, a globalização neoliberal e os impactos sobre os direitos das mulheres e a democracia no mundo. Destacam-se entre estas a Rede Internacional Gênero e Comércio, com grupos articulados em todos os continentes; DAWN - Mulheres e Desenvolvimento para uma Nova Era, AWID - Associação pelos Direitos da Mulher e Desenvolvimento, e aquelas mais estritamente vinculadas ao debate econômico, como é o caso da Rede Mulheres Transformando a Economia.

A QUESTÃO SOCIAL E AS POLÍTICAS DE AJUSTE ESTRUTURAL NO BRASIL

Como já foi dito, o Ajuste Estrutural começou tardiamente no Brasil, comparando-se a situação com outros países latino-americanos. O Brasil inicia sua adesão às políticas de Ajuste Estrutural em 1989, um ano após a promulgação da Constituição de 1988, marco na consolidação de um Estado de Bem-Estar no País. Ou seja, tão logo os movimentos sociais conseguiram garantir conquistas de direitos na Constituição federal, logo

começou o movimento conservador pela revogação daquelas conquistas. No final do Governo Sarney, vivíamos o início do “desmonte” das políticas públicas no Brasil, abrindo caminho para a implantação do Ajuste Estrutural. A grande inflexão, porém, acontece com Collor de Mello e se consolida na presidência de Fernando Henrique Cardoso.

Em seu curto mandato, Collor de Mello lançou um plano de estabilização e reforma econômica que significou, de fato, a implantação no Brasil do receituário do Ajuste. Vencer a inflação passou a ser visto como uma condição imprescindível para a retomada do crescimento econômico, justificando toda série de medidas. Para isso, Collor iniciou a desregulamentação da economia e a privatização das empresas estatais. Uma segunda prioridade foi a liberalização do comércio exterior que, na prática, significou apenas a abertura às importações.

Dessas duas prioridades deriva uma série de medidas tomadas, na forma de organizar os ministérios e o Orçamento da União, que levaram ao controle total da área econômica sobre os recursos da área social, esvaziando de sentido a idéia de Seguridade Social, preconizada na Constituição de 88 e o recém-criado Orçamento da Seguridade Social (Previdência Social, Saúde e Assistência Social).

Foi no Governo Collor que foi apresentado o maior projeto de reforma constitucional, propugnando a adoção integral de uma estratégia social do tipo liberal, inclusive com alterações na forma de financiamento do setor da assistência social. Por outro lado, toda a legislação complementar na

As Manifestações Anti-globalização

Segundo o jornalista Fernando Evangelista, que escreveu uma matéria sobre o assunto para a revista Caros Amigos (agosto 2001), o movimento dos não-globais aglutina uma série de organizações diversas ao redor de três pontos em comum:

Os objetivos, que são a exigência do cancelamento das dívidas dos países pobres, a proteção do meio ambiente, a modificação das regras do comércio internacional e a denúncia contra o superpoder das multinacionais.

Os inimigos: FMI, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

A Internet como meio de comunicação que permite organização e o debate entre elas.

O movimento começou a ganhar espaço na mídia a partir das manifestações acontecidas em 1999 na cidade de Seattle, por ocasião da terceira conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). A seguir os marcos mais importantes do processo.

1984 – Celebração do primeiro *Fórum Alternativo* em Londres, durante a reunião do G-7 (sete países mais ricos do mundo).

1988 – Encontro de mais de 100.000 pessoas em Berlim, contra a reunião do FMI.

1998 – Manifestação pacífica de mais de 70.000 pessoas na Inglaterra durante a reunião do G-8 (oito países mais ricos do mundo).

1999 – Manifestações na Alemanha, na Holanda, em Mônaco e na Itália. Em novembro, 1.387 entidades se manifestaram em Seattle durante cinco dias.

2000 – A marcha antiglobalização esteve nos seguintes países: Suíça, Tailândia, Estados Unidos, Argentina, Japão, República Tcheca, Coréia, França e Austrália.

2001 – Realiza-se o primeiro *Fórum Social Mundial* em Porto Alegre, em paralelo à Reunião do G-8 em Davos (Suíça). Também houve manifestações na Cidade do México, no Canadá, Argentina, África do Sul, Havaí, Espanha, Suécia e Itália. Em Gênova, durante a Reunião Anual do G-8, houve diversas passeatas e um Fórum Público. A *Passeata dos Imigrantes* reuniu mais de 50.000 pessoas, a da *Desobediência Civil* juntou 150.000.

2002 – Realiza-se o *II Fórum Social Mundial*, em Porto Alegre, com o dobro de participantes do primeiro. Tem início a prática de fóruns regionais em todo o mundo, articulando um único processo global de debates anti-globalização neoliberal. Neste ano cresceu a articulação da resistência latinoamericana contra o livre comércio, com a realização de assembléias nacionais e encontros regionais no contexto da campanha latinoamericana contra a ALCA. No Brasil a campanha promoveu na semana de 1 a 7 de setembro o Plebiscito Nacional sobre a ALCA.

2003 – Acontece o *III Fórum Social Mundial* e , durante a V Reunião Ministerial da OMC, em setembro na cidade de Cancun, México, realiza-se o Fórum dos Povos por uma Alternativa à OMC, do qual emerge uma declaração global dos movimentos sociais. Diversas redes feministas globais lançam documentos de posição contrárias à ampliação do mandato da OMC e à doutrina do livre comércio como caminho para o desenvolvimento. A luta contra a globalização alia-se à luta contra a militarização e a guerra e o unilateralismo norte-americano.

área de seguridade social – Leis Orgânicas da Saúde e Assistência Social, Lei de Custeio da Previdência Social e Lei Complementar de Regulamentação do Seguro-Desemprego – sofreram emendas e vetos por parte do presidente. Ficaram estabelecidas o fim da aposentadoria por tempo de serviço, o fim da estabilidade no emprego do serviço público e a previdência complementar privada.

O que parecia ser inovação do Governo Collor era na verdade o receituário completo do Ajuste Estrutural. A movimentação popular, que derivou no *impeachment*, não foi suficiente para impulsionar uma reação governamental à altura das mudanças realizadas e os retrocessos se mantiveram no governo seguinte - Fernando Henrique Cardoso - e mantém-se ainda neste início do governo Luís Inácio Lula da Silva.

Em análise do INESC sobre o Plano Plurianual de governo 2004-2007 e da lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004 revela-se poucas mudanças nas intenções do novo governo brasileiro. Na área orçamentária anuncia-se manutenção de cortes sucessivos e crescentes, inclusive na área social, de modo a garantir o ajuste fiscal. A simples leitura do Texto-base desta publicação sobre o que é o Ajuste permite a você identificar inúmeras medidas adotadas por sucessivos governos brasileiros.

A Reforma do Estado é um desses componentes; no caso brasileiro, ela foi impulsionada nos moldes liberais. A Lei Complementar n.5 trata especificamente e em detalhes da lógica política que orientava essa proposta ainda em curso. Bresser Pereira, ministro da Reforma

Administrativa no primeiro Governo Fernando Henrique, foi o implementador da proposta que seguia o receituário do Ajuste ao pé da letra: privatização era o carro-chefe, seguido de reforma fiscal e terceirização e publicização de serviços públicos.

As mudanças na forma de realizar gastos na área social são outro. Se bem é verdade que o gasto social subiu continuamente desde 1992 em proporção ao PIB, é importante destacar que o gasto com políticas universais foi reorientado para políticas focalizadas.

Na área social foi criada em 1999 a chamada *Rede de Proteção Social*, conjunto de 22 programas que o governo brasileiro comprometeu-se em executar com vistas a “amparar grupos vulneráveis às conseqüências do ajuste” (Item 8 da Carta do Ministro do Planejamento e Orçamento ao Presidente do BID, parte integrante da Mensagem n.98/99 do Senado Federal). Uma avaliação da execução orçamentária em 1999 e 2000 realizada pelo Inesc demonstra, entretanto, que o governo brasileiro tem descumprido sistematicamente o acordo de manter e ampliar os investimentos nos programas da Rede de Proteção Social. No primeiro semestre de 2000, o Ministério do Trabalho, por exemplo, executara apenas a irrisória porcentagem de 0,01% do orçamento referente ao pagamento do seguro-desemprego daquele ano.

A proposta de lei orçamentária para 2002 é outro exemplo dessa adesão cada vez mais irrestrita do governo brasileiro ao Ajuste e às determinações do FMI: o orçamento prioriza o pagamento da dívida,

interna e externa, em detrimento de outros gastos, com redução de investimentos e de despesa com programas sociais. Essa é a análise que fez o Inesc, constatando que o orçamento da Previdência aumentou para 2002 por força do aumento no salário mínimo, mas muitos programas sofreram cortes. É o caso de programas dirigidos a mobilização para inclusão de todas as crianças na escola, prevenção de DST/Aids, segurança pública e meio ambiente. Outros programas simplesmente sumiram do orçamento, como aconteceu com o combate à malária e enfrentamento da pobreza. Os termos do acordo com o FMI ainda não foram divulgados, mas o ajuste fiscal que vem sendo negociado entre a equipe econômica brasileira e os técnicos do FMI deve estar por trás da lógica de ajuste do orçamento. Os ministros da Fazenda e do Planejamento afirmaram no Senado que com os cortes pretende-se alcançar um superávit de 10 bilhões de reais. Como se sabe, a produção de superávit é a estratégia para liberar recursos para pagamentos da dívida.

Essas informações evidenciam que as políticas de ajuste comprometem ainda mais a deteriorização do serviços sociais que vinha ocorrendo no Brasil desde o Governo Sarney. Esse setor já vinha sofrendo restrições por conta das sucessivas crises econômicas desde os anos 80 que limitavam a capacidade de investimento dos governos. Por outro lado, o agravamento das condições de vida da população aumentou em grande proporção a demanda por serviços sociais básicos. Num contexto como esse, a adoção de medidas de Ajuste piora a situação da população ao mesmo tempo que desloca para políticas focalizadas os recursos disponíveis para seguridade

social. Entretanto, tais políticas são insuficientes para atender, mesmo que emergencialmente, às necessidades da população.

Do ponto de vista das políticas sociais, afirma-se que o setor é duplamente afetado pelas políticas de ajuste: de um lado, essas políticas provocam o empobrecimento geral da população e, portanto, o aumento da demanda por serviços; por outro lado, as medidas do Ajuste propõem a redução dos investimentos e gastos no setor. O que ocorreu no Brasil na área social foi, segundo Laura Soares, uma desestruturação de políticas públicas historicamente consolidadas, como a da Previdência Social, desestruturação de políticas que vinham se consolidando, como o caso do SUS e dismantelamento de programas diversos, ainda que frágeis e dispersos, nas áreas de assistência social, alimentação e nutrição.

Um agravante decorrente das políticas de ajuste é a desqualificação das próprias políticas sociais, que passaram a ser direito social constitutivo da cidadania. Compreensível seria reduzir gastos por problemas de restrições econômicas do Estado, incapaz conjunturalmente de investir e, em um contexto específico, adotar as políticas possíveis. Outra coisa, entretanto, é reduzir gastos e passar a negar a adequação de políticas universais, negando princípios gerais de Estado de Bem-Estar e defendendo o ideário liberal como melhor para o desenvolvimento. Pior ainda é desestruturar o sistema de seguridade social que vinha sendo construído em nome das exigências e limitadas possibilidades econômicas que, em última instância, são produto também de políticas.

MAS O QUE ISSO TUDO TEM A VER COM AS MULHERES?

Já dissemos que as políticas de ajuste estrutural são, muitas vezes, definidas nas altas esferas da política internacional, através de acordos e de negociações entre os governos e as instituições financeiras. Entretanto, elas afetam o dia-a-dia das pessoas das mais diversas maneiras. Aqui, estaremos rediscutindo alguns dos possíveis impactos, já apontados, que o Ajuste está tendo na vida das mulheres e propondo algumas reflexões a partir dessas análises.

A FAMÍLIA VOLTA À CENA

Um dos principais efeitos das políticas de ajuste estrutural é o aumento de funções e responsabilidades da família, ao mesmo tempo que o Estado vai progressivamente abandonando suas atribuições. Isto quer dizer que o tão propalado “enxugamento” do Estado só pode acontecer porque está existindo um “alargamento” das funções da família. Os cortes nas políticas sociais, principalmente na área da saúde e na previdência, forçam as famílias a absorverem esses custos para si, o que tem um impacto bastante negativo entre as camadas mais pobres da população.

Embora muitos analistas achem esse processo saudável e até desejável, não é essa a avaliação que o movimento feminista vem fazendo. Para nós, o aumento de responsabilidades e atribuições da família apóia-se, mais uma vez, na exploração do trabalho das mulheres naquelas

áreas que seriam “naturais” para o sexo feminino. Isso não interessa apenas às mulheres – a transferência de atribuições ao domínio doméstico comporta uma redefinição da noção de cidadania que põe por terra muitas conquistas dos movimentos sociais.

Algumas feministas defendem que se amplie a visão da economia para incluir a economia reprodutiva no cálculo da renda nacional, de custos e de benefícios. Dessa maneira, poderá se ver que as políticas que aparentam melhorar eficiência, na verdade, transferem custos da economia remunerada para a economia não-remunerada, que usualmente recai sobre as mulheres.

CUIDADO COM A SAÚDE!

Um exemplo muito claro pode ser visto com a questão da saúde: se os gastos com saúde pública (que já eram insuficientes) estão diminuindo, quem está arcando com esse custo? Sobretudo as mulheres. Elas assumem esse ônus quando cuidam da saúde das suas famílias, dedicando ao bem-estar alheio um tempo que poderia ser investido na profissão, na formação, na política ou até no repouso. Mas elas também arcam com esse custo quando aceitam as precárias condições de trabalho que lhes são oferecidas pelos novos programas de saúde, inclusive quando são beneficiárias de tais programas. No primeiro caso, o recuo do Estado na área da saúde intercepta as possibilidades de crescimento das mulheres como indivíduos. No segundo, estamos diante de um desafio maior, pois o

próprio conceito de saúde pública descansa, em última instância, na exploração do trabalho das mulheres.

Os programas de estímulo ao aleitamento materno e de Agentes Comunitários de Saúde estão, muitas vezes, nesse último caso – mulheres trabalham voluntariamente ou em condições de subemprego para cuidar da saúde das comunidades. Isso não quer dizer que esses programas não sejam bons para as comunidades. Mas devemos analisar sempre o contexto em que estão sendo realizados e qual o efeito que ocasionam nos direitos das pessoas envolvidas.

FEMINILIZAÇÃO DA POBREZA?

Este é um dos assuntos polêmicos no interior do movimento feminista – afinal, as mulheres ficaram ou não mais pobres com as políticas de ajuste estrutural? Se admitirmos, como tudo parece indicar, que o Ajuste teve um impacto negativo nas condições de vida das populações empobrecidas, então as mulheres ficaram mais pobres porque todo mundo ficou mais pobre. De outro lado, é evidente que o acesso das mulheres à renda aumentou nos últimos vinte anos, ou seja, as mulheres como indivíduos não ficaram mais pobres.

A polêmica não está fechada e não pretendemos encerrá-la aqui. Estudar mais o assunto, coletar informações nas ruas e por meio dos movimentos sociais são estratégias que permitirão compreender melhor

o impacto do Ajuste na vida das mulheres. Por enquanto, podemos aventurar alguns questionamentos:

É certo que aumentou a participação das mulheres na esfera produtiva, como também que aconteceu uma queda no papel do homem como provedor. Fora as famílias chefiadas por mulheres, muitos grupos familiares se mantêm graças principal ou exclusivamente à renda do trabalho delas. Ora, num contexto de desemprego e na ausência de políticas de apoio, será que as mulheres que trabalham ficaram menos pobres? Ou são os grupos familiares dessas mulheres que conseguem sobreviver? E ainda: qual é o custo adicional para as mulheres que trabalham, se ainda têm que dar conta das novas atribuições da família?

Em alguns países a insegurança e a precarização das condições de vida que acompanham o Ajuste têm como resultado o alargamento dos grupos de solidariedade. Ganham importância as redes de apoio e as comunidades de interesse (grupos de auto-ajuda, religiosos, etc.) que compensam o recuo progressivo do Estado. Também, as famílias ampliam-se, com arranjos variados para assegurar a produção dos bens e serviços necessários à sobrevivência das pessoas. Quais são as possibilidades e os inconvenientes dessas novas agrupações?

Passado o impacto inicial das crises e políticas de ajuste nos anos 80 e 90, essas e outras questões ainda estão demandando do feminismo melhor formulação e construção de respostas. O debate apenas está se iniciando.

PARTE 2

LEITURAS COMPLEMENTARES

1. Neoliberalismo: a doutrina que orienta o Ajuste Estrutural.
2. Globalização, destituição de direitos e justiça de gênero.
3. O discurso do desenvolvimento, gênero e a perspectiva feminista.
 4. O que são as Instituições Financeiras Multilaterais.
 5. A reforma liberal do Estado na era FHC.
 6. As políticas de Ajuste a serviço do livre comércio e contra o desenvolvimento .

NEOLIBERALISMO: A DOCTRINA QUE ORIENTA O AJUSTE ESTRUTURAL

O neoliberalismo pode ser definido como uma ideologia ou doutrina que atualmente ganhou a maior adesão e simpatia dos políticos e da opinião pública internacional, nacional e local, estabelecendo, por isso, os parâmetros da política econômica de grande parte dos países do mundo. Os programas de ajuste estrutural estão fortemente embasados nessa ideologia.

Como seu nome indica, o neoliberalismo (“novo liberalismo”) traz de volta à cena o conjunto de teses econômicas conhecido como liberalismo. Na sua acepção geral, o termo *liberalismo* define as idéias, teorias ou doutrinas que dão primazia à liberdade individual e rejeitam qualquer tipo de coerção do grupo ou do Estado sobre os indivíduos. No plano econômico, o liberalismo teve notável influência no desenvolvimento do

capitalismo do século XIX. Um ponto central nessa doutrina era o repúdio a qualquer intervenção do Estado na área econômica. Os liberais entendiam que os fenômenos econômicos eram regidos por uma ordem natural, que tendia ao equilíbrio e à prosperidade. O mecanismo de garantia dessa ordem residia, para eles, na livre concorrência (Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi, 1999). Essas idéias permaneceram como substrato do neoliberalismo dos dias de hoje, embora muitos outros elementos tenham sido introduzidos.

ASPECTOS DO IDEÁRIO NEOLIBERAL

O neoliberalismo surgiu em alguns países da Europa e nos Estados Unidos como uma reação contrária ao Estado do Bem-Estar (ver box). Data de 1944 a publicação do livro *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, que é considerado o texto de origem dessa ideologia. Em 1947, os seguidores do neoliberalismo fundaram a Sociedade de Mont Merin, com o objetivo de combater o *welfare state* e de preparar o caminho para a instalação de um capitalismo mais duro e livre de regras. Uma das idéias centrais desse grupo, apontada por Perry Anderson, é reveladora do caráter excludente da proposta neoliberal: os membros da Sociedade de Mont Merin consideravam a desigualdade social um valor positivo e criticavam o igualitarismo promovido pelo Estado do Bem-Estar, que, considerava-se, levava as populações à dependência e à passividade. Atualmente, os defensores do neoliberalismo não se posicionariam tão abertamente a esse respeito.

O que é o Estado do Bem-Estar?

Também chamado de *welfare state* (em inglês), o Estado do Bem-Estar é o modelo estatal desenvolvido, sobretudo, nos países europeus ao término da II Guerra Mundial em 1945. Seus princípios básicos foram elaborados pelo economista inglês John M. Keynes; por isso, com frequência, fala-se em keynesianismo para se referir a esse tipo de Estado. Houve muitas variações na forma em que os diversos países compreenderam e aplicaram o modelo do *welfare state*. É possível, entretanto, identificar algumas características básicas:

- a) O Estado intervém na área econômica, através de subsídios a diversos setores. Também controla a exploração de alguns recursos naturais (indústria mineral, energia, etc.) através de empresas estatais. Na época, isso fazia parte de um projeto de construção nacional que, no plano político, correspondia à democracia liberal.
- b) O Estado é responsável pela promoção da justiça social e do igualitarismo. As políticas sociais são universais: saúde, educação e previdência para todos. Aumentam os recursos destinados a essas políticas.
- c) Abandona-se a idéia de que a lógica do mercado está acima de tudo. No campo das relações de trabalho, a estabilidade dos trabalhadores no emprego é estimulada. Nos países onde este modelo se desenvolveu, o poder de negociação dos sindicatos era muito alto.

As idéias neoliberais não tiveram ressonância nas décadas de 50 e 60. Nessa época, estavam sendo registradas as mais altas taxas de crescimento econômico da história do capitalismo, sob a hegemonia do modelo do Estado do Bem-Estar. Em 1973, porém, esse modelo econômico entrou em crise. Na Europa e nos Estados Unidos, teve início uma longa recessão que combinou baixas taxas de crescimento econômico com altas taxas de inflação. Esse foi o terreno propício para o avanço das idéias neoliberais.

Os partidários do neoliberalismo diziam que a crise dos anos 70 era resultado da pressão excessiva dos sindicatos por maiores salários e por mais gastos sociais (para saúde e escola públicas, moradia, assistência social, salários-desemprego, etc). Pensavam que, para vencer a crise, a meta dos governos devia ser a estabilidade monetária. Para isso, sugeriam duas medidas: a) disciplina orçamentária, com contenção dos gastos para o bem-estar social; b) restauração da taxa “natural” de desemprego, que iria quebrar o poder dos sindicatos. Também aconselhavam os governos a adotarem reformas fiscais para incentivo dos agentes econômicos. Na prática, essas reformas consistiam em reduzir os impostos que recaíam sobre os mais ricos.

Outra forma de entender o paradigma neoliberal é dividindo suas implicações em três planos, seguindo a análise de Maria Alice Domingues Ugá (1997): econômico, social e político. No plano econômico, o neoliberalismo rejeita o padrão de intervenção estatal keynesiano (Estado do Bem-Estar) – o Estado retira-se da economia, através da desregulamentação e da privatização de empresas estatais. No plano

social, há uma negação do conceito de justiça social, substituindo-se o objetivo de promover a igualdade e a solidariedade pelo estímulo à diferenciação e ao individualismo; pois, na concepção liberal, a competição entre os indivíduos é que vai levar ao progresso. No plano político, há uma tentativa de despolitizar a agenda: considera-se que as decisões públicas devem responder às necessidades de mercado, esse passa a ser o norte da política pública.

AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO MUNDO

Na Europa, o primeiro país a implementar medidas neoliberais para sair da crise foi a Inglaterra, sob o governo de Margareth Thatcher, que começou no ano de 1979. Para Perry Anderson (1996), esse foi o modelo neoliberal mais puro de todos. As políticas liberais de Thatcher compreendiam a contração da emissão de moeda; elevação das taxas de juros; diminuição dos impostos sobre os mais ricos; abolição dos controles sobre os fluxos financeiros; combate ao sindicalismo (legislação anti-sindical e repressão às greves); corte nos gastos sociais; amplo programa de privatizações.

Outros países ricos seguiram o exemplo inglês, ainda na década de 80, embora com variações consideráveis. Em 1982, foi a vez dos Estados Unidos com a eleição de Ronald Reagan. A ritmos diferentes, quase todos os países europeus implementaram esse modelo entre os anos 80 e 90. A queda do Muro de Berlim ampliou a área de influência neoliberal às antigas economias comunistas, já na década de 90. Nesse período, outras

regiões também se abriram ao avanço do neoliberalismo com intensidade variável (caso dos países asiáticos).

Mas, afinal, o que foi que essas políticas trouxeram para esses países? Vejamos o que diz Perry Anderson no seu *Balanço do Neoliberalismo*:

- ◆ A inflação dos anos 70 foi detida, o que foi considerado um sucesso.
- ◆ Houve recuperação dos lucros, graças às derrotas sindicais. Isso também é contabilizado como um sucesso pelos neoliberais.
- ◆ Em todos os países, as taxas de desemprego cresceram, assim como a desigualdade social.
- ◆ Apesar de terem seguido à risca as medidas neoliberais, os países não conseguiram retomar o crescimento econômico. Esse é o grande fracasso do neoliberalismo, pois o objetivo final de todas essas medidas era, justamente, a retomada do crescimento econômico. Nesse ponto, o neoliberalismo mostrou-se ineficaz.

Você deve estar se perguntando se esse aspecto não forçou os países a mudarem de estratégia. Por enquanto, diremos que o neoliberalismo continua sendo apresentado como a única alternativa de sociedade, a despeito do seu resultado prático.

O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

A implantação de programas neoliberais iniciou-se no Chile, com Pinochet. A maior conversão ao modelo do neoliberalismo, porém, aconteceria em fins dos anos 80 e seria fortemente estimulada pelo crédito

das Instituições Financeiras Multilaterais aos Programas de Ajuste Estrutural. Segundo Maria Alice Domingues Ugá (1997), as políticas de ajuste respeitam os principais aspectos do ideário neoliberal: as duas instituições máximas da sociedade são o mercado e a propriedade privada; o Estado institui e fiscaliza o cumprimento de leis gerais que dão suporte a essas duas instituições; a política subordina-se ao primado da economia.

O problema é que todo esse estímulo ao mercado e ao setor privado está sendo feito em países que nunca desfrutaram dos benefícios de um Estado do Bem-Estar (Laura Soares Tavares, 2000). O contexto latino-americano diferencia-se radicalmente dos centros que irradiaram as idéias neoliberais (Europa e Estados Unidos) pelas maiores taxas de pobreza, violência, desigualdades econômicas e de gênero. Como é possível implementar, num contexto desses, um modelo de sociedade ainda mais excludente?

Uma das formas de minimizar os impactos já foi mencionada: trata-se de implementar políticas compensatórias, voltadas a alguns setores da população, como substituto às políticas sociais de abrangência universal. Outra estratégia, porém, é revestir as reformas de caráter de mal necessário e inevitável, facilitando a aceitação da doutrina neoliberal em nome de um bem maior: o desenvolvimento da nação a longo prazo. O discurso do desenvolvimento, tema da Leitura Complementar nº3, contém muitas justificativas para toda espécie de políticas, por piores que sejam suas conseqüências, oferecendo também argumentações favoráveis ao avanço do neoliberalismo.

?????? - Questões

Como ficou demonstrado, as idéias neoliberais foram ganhando governos de todas as partes do mundo ao longo das últimas décadas. Mas elas não estão presentes apenas entre governos. Muitas pessoas, cidadãos e cidadãs ativas, também são influenciadas por essas idéias e passam a defendê-las como diretrizes para as políticas governamentais. Essas pessoas defendem as privatizações, até mesmo dos serviços públicos de saúde e educação, e consideram que em primeiro lugar deve vir a saúde da economia, depois, sim, pensa-se no resto, nos direitos sociais. Você conhece no seu círculo de relações políticas, dentro ou próximo do movimento em que atua, pessoas que pensam assim? Quais os argumentos que essas pessoas usam para justificar suas idéias? Elas apóiam-se na idéia de justiça social e direitos? Ou, ao contrário elas pensam mais a partir dos indivíduos, valorizando a competição como meio para o progresso? O que você pensa

disso? Com base nesta leitura e na sua experiência, que contra-argumentos você pode apresentar a essas pessoas e suas idéias?

Debates feministas têm apontado que a idéia tradicional de justiça social, ao centrar-se na desigualdade de classe, deixou de lado a justiça de gênero. Sublinha-se também que a idéia mesma de justiça social não pode ser pensada sem a dimensão econômica que lhe dá sustentação, o que não significa valorizar a economia como dimensão primordial da vida. O problema é que a mesma noção de economia é construída deixando de lado o setor da reprodução da vida humana cotidiana. O que você pensa disto? Você acha que reprodução e produção ainda podem ser pensadas separadamente?

Recentemente tem sido elaborada por setores dos movimentos sociais a idéia de economia solidária. Você já ouviu falar disto? O que

imagina ou conhece a respeito dessa proposta? Em que imagina que ela pode diferenciar-se da economia neoliberal? Como imagina que a economia solidária deveria incluir a justiça de gênero?

GLOBALIZAÇÃO, DESTITUIÇÃO DE DIREITOS E JUSTIÇA DE GÊNERO

A expressão “globalização” define um conjunto de mudanças que vem ocorrendo no mundo ao longo dos últimos 20 anos, mudanças na ordem da economia, na relação entre os países, nas relações interculturais, bem como nas relações entre organizações da sociedade civil. Alguns autores preferem diferenciar dois fenômenos na globalização: a globalização econômica, associada a uma nova etapa de acumulação capitalista, e a globalidade ou globalismo, essa última referida ao internacionalismo crescente de uma sociedade civil planetária, duas faces da mesma moeda. A globalização econômica situa-se, sobretudo, na ordem econômica, mas seus efeitos transcendem em muito essa dimensão, afetando o aparelho do Estado, as relações entre os países e, enfim, o cotidiano de homens e mulheres de toda parte e seus direitos.

Como sublinha a economista Tânia Bacelar, o termo globalização foi criado em centros acadêmicos norte-americanos e refere-se ao que Marx já havia indicado em seus estudos: o processo de internacionalização do capital, que inclui concentração de capital em grandes conglomerados e redução relativa no número de grandes capitalistas. A globalização – neste caso estamos nos referindo ao processo de internacionalização do capital – está sob comando centralizado de grandes empresas, mas opera de forma descentralizada através dos países no globo (Bacelar, 2000). À esta nova etapa de acumulação capitalista está correspondendo uma nova etapa nas ações de resistência e lutas sociais, que passam também a ser globais.

Nos últimos 15 anos, as políticas de ajuste estrutural têm estado fortemente sintonizadas com o processo de globalização econômica. Os países que fazem o Ajuste colocam como prioridade a segurança e o bom funcionamento das conexões internacionais da economia, subordinando a esse objetivo a implementação de políticas que possam beneficiar os setores da população que mais necessitam. Dessa forma, o Ajuste garante o cumprimento das regras de comércio internacional mas não reverte de forma positiva para a população do país nem muito menos produz desenvolvimento nacional a longo prazo. Podemos concluir, portanto, que o objetivo último e atual das políticas de ajuste é permitir o avanço da globalização econômica nos países que adotam tais políticas ou nos países pressionados a adotá-las.

Para entendermos um pouco melhor esse processo e sua relação com as políticas de ajuste estrutural, sintetizamos aqui as idéias da economista

indiana Gita Sen (Sen, 2001), uma das fundadoras da Rede Dawn-Mudar (Development Alternatives with Women for a New Era) e uma das primeiras feministas a abordar, nos anos 80, o Ajuste do ponto de vista das mulheres.

Antes porém de tratarmos das idéias de Gita, queremos afirmar nossa compreensão do tema. A globalização algumas vezes é tratada como um fenômeno, algo da ordem do destino, inevitável e independente de vontades e interesses, pois decorre de novas tecnologias e processos produtivos. Compreendemos, ao contrário, que mudanças tecnológicas acarretaram mudanças nas práticas de produzir, acumular e distribuir as riquezas. Essas mudanças, entretanto, não são naturais e seus promotores não estão isentos de responsabilidade sobre os efeitos perversos que muitas vezes elas têm gerado. A implementação das mudanças que as novas tecnologias oferecem é decisão política, portanto é possível opor-se ao processo de globalização econômica. Destacamos, em especial, que muitas regras de convivência precisam ser mudadas para abrir possibilidades para a globalização econômica, o que tem significado destituição de direitos que já estavam garantidos e sendo vividos no cotidiano.

Para analisar os processos políticos de destituição de direitos envolvidos na globalização, Gita Sen apóia-se na idéia de contrato social, espécie de acordo político que era vigente antes do estágio atual da globalização e que hoje está rompido em três dimensões importantes.

Uma primeira dimensão refere-se ao contrato entre trabalhadores e capitalistas. Na antiga ordem econômica, os trabalhadores, organizados

em sindicatos, obtiveram inúmeras regulações e acordos nas relações de trabalho. Havia um acordo tácito de que era legítimo fazer greve para pressionar por direitos e reconhecia-se ser necessário regulamentar o grau de exploração aceitável nas relações de trabalho. É bem verdade que esse reconhecimento foi maior entre países da Europa que nos países latino-americanos, que muito tardiamente entraram nesse pacto. É verdade também, como demonstrou o movimento das mulheres, que esse era um contrato social firmado entre homens, trabalhadores e capitalistas, uma vez que não previa atenção às desigualdades de gênero, que eram muitas.

Gita Sen sublinha que o contrato beneficiava mais os homens, pois eles trabalhavam no mercado formal. Posições de chefia eram masculinas. As mulheres constituíam um substrato do mercado de trabalho: entravam ou saíam a depender das demandas desse; eram segregadas ocupacionalmente; o trabalho remunerado não as liberava do trabalho de reprodução social, ou seja, não liberava as mulheres do trabalho doméstico, nem garantia controle de renda ou autonomia pessoal.

Entretanto, o fato do acordo hoje estar rompido é grave também para as mulheres, pois agora que estamos mais organizadas esvazia-se de sentido os direitos a que queríamos ter acesso. Adota-se agora o modelo americano de desregulamentação do mercado de trabalho, como exigência “natural” dos novos tempos, como condição para o progresso econômico, na verdade uma exigência política da globalização. Trata-se do fim do emprego, embora mantenha-se alta

exploração sobre o trabalho, ainda mais sobre as mulheres, pois mesmo com as profundas mudanças nas tecnologias e na globalização, pouca coisa se altera quanto ao trabalho doméstico, tarefa ainda destinada às mulheres e realizada gratuitamente.

Uma segunda ruptura do contrato anterior é a do Estado de Bem-Estar, sobre o qual já tratamos. Hoje está decretado politicamente o fim do modelo keynesiano. O Estado se exime de responsabilidades sociais (saúde, educação, previdência, etc.). O rompimento se deu, primeiro, nos Estados Unidos e na Inglaterra. Chegou aos países pobres através da implantação de políticas de ajuste estrutural, que tiveram enorme impacto. No novo modelo, a responsabilidade social do Estado é sempre posterior à responsabilidade econômica e fiscal. O ideário neoliberal está na base do pensamento que considera desnecessária a figura do Estado nos dias globalizados em que vivemos.

Do ponto de vista das mulheres, havia problemas antes: o Estado do Bem-Estar garantia muito pouco às mulheres – apenas auxílio-maternidade e pouco mais. A “economia do cuidado”, indispensável para a reprodução social e desenvolvida pelas mulheres, nunca fez parte desse contrato social. Mesmo assim é grave a desresponsabilização do Estado com o cuidado sobre as vidas humanas, pois o fim desse aspecto do contrato social dificulta as lutas pelo aprimoramento do próprio Estado de Bem-estar e deixa mais longe a idéia de justiça social como responsabilidade do Estado.

O terceiro e último aspecto do contrato social que, segundo Gita Sen, está rompido é o pacto que havia nas relações Norte-Sul (por *Norte* queremos dizer Estados Unidos e Europa, e por *Sul* queremos dizer a América-Latina, África, alguns países da Ásia e Índia). Depois da II Guerra Mundial, as nações do Norte assumiram (implicitamente) sua responsabilidade em relação à exploração colonialista dos países do Sul. O desenvolvimento era um direito dos países do Sul e governantes do Norte mobilizaram-se em prol de promover o desenvolvimento e ajuda humanitária para o Sul. Agora não há qualquer acordo quanto à ideia de responsabilidade dos países do Norte sobre os destinos do Sul. Ao contrário, os dirigentes dos países do Norte dizem aos dirigentes dos países do Sul o que devem fazer para obter ajuda, ou seja, impõem um número crescente de condicionalidades para crédito através das Instituições Financeiras Multilaterais.

No caso das mulheres, reconhecemos também que esse pacto de cooperação somente muito recentemente inclui as questões de gênero mas, ainda assim, na maioria das vezes apenas tomando as mulheres como recursos exploráveis para o trabalho voluntário nas comunidades pobres. As medidas para a igualdade de gênero eram deixadas de fora muitas vezes em nome da autonomia (cultural) dos países do Sul. Mesmo assim reconhecemos que é grave o rompimento do contrato social nessa dimensão, pois o movimento de mulheres vem avançando na inclusão dos problemas de gênero na agenda do desenvolvimento. Esse é agora mais um obstáculo.

Como vimos, o contrato social vigente na ordem mundial anterior não era neutro e excluía as mulheres enquanto sujeitos. Entretanto, este contrato significava a possibilidade de justiça econômica e social para grande parte da população no século XX. No contexto atual abre-se a oportunidade de articular a idéia de justiça de gênero ao novo pacto de um contrato social em disputa. A globalização traz por isso a exigência e responsabilidade das mulheres de estarem presentes nos espaços políticos institucionais e não-institucionais de pressão e repactuação internacional.

Gita Sen enumera algumas das questões pelas quais é importante a presença das mulheres nesses espaços: o reconhecimento do trabalho das mulheres, nacional e internacionalmente; a atuação do Estado de uma forma que inclua as mulheres como sujeitos, extraíndo recursos dos novos fluxos de circulação de capital para garantir bem-estar; inclusão de questões de saúde reprodutiva e sexual nos novos acordos globais entre Sul e Norte.

?????? - Questões

Estruturamos aqui três questões para reflexão. Elas foram construídas a partir do livro *Desenvolvimento, Crises e Visões Alternativas. A perspectivas das mulheres do Terceiro Mundo*, escrito Gita Sen e Caren Grown (1988).

No contexto de mudanças profundas em que vivemos no início deste século e diante do processo de globalização, da destituição de

direitos e da enorme diversidade de contextos nacionais e regionais, que visão de futuro desejamos para a sociedade planetária e para nós, mulheres, considerando a diversidade e as distintas formas de desigualdades sociais presentes entre nós?

Como já foi dito no texto acima, entendemos a globalização como ação deliberada, intencional, e não como fenômeno natural, um destino. Entretanto é comum afirmar-se que em países pobres ou com uma população pobre muito grande, como é o caso do Brasil, é preciso primeiro aumentar a potencialidade produtiva do País e, hoje em dia, sua inserção na economia global, para a partir daí tentar aumentar o padrão de vida da população. O que você pensa disso?

Para contrarrestar o sentido excludente da globalização econômica em curso é evidente que precisamos da política e de fazer política. O que nossas experiências sugerem como estratégias para se conseguir transformações? Como é

possível articular ações locais com estratégias globais? Quais os nossos desafios para respeitar e atuar articuladamente considerando as diferenças de prioridades e estratégias dos movimentos de mulheres no mundo?

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO, GÊNERO E A PERSPECTIVA FEMINISTA

O desenvolvimento pode ser entendido como um processo mas também como discurso. Isto é, o desenvolvimento pode ser tomado como um campo discursivo, no qual diferentes sujeitos constroem e disputam significados que orientam suas práticas, estruturam relações de poder e institucionalizam-se em centros acadêmicos e organismos de desenvolvimento.

O discurso do desenvolvimento hoje hegemônico, ou seja, aquele discurso que tem mais força na opinião pública e poder de influência no debate sobre processos de desenvolvimento, é a fala oficial dos governos dos países do Norte, que encontra forte eco nas elites e governos das nações do Sul. Esse discurso foi ganhando força a partir de 1945, com o

término da 2ª Guerra Mundial e as propostas de ajuda à reconstrução dos países envolvidos no conflito. O discurso hegemônico é o discurso de muitos economistas e estadistas, de grande parte das agências de desenvolvimento multilaterais e de poderosos grupos econômicos. É o discurso, enfim, que usualmente passa pela televisão e aparece impresso em quase todos os jornais do País e que está muitas vezes presente em nosso cotidiano.

Em linhas gerais, esse discurso hegemônico construiu a classificação dos países do mundo em dois grandes grupos. De um lado, há os países desenvolvidos, principalmente a Europa Ocidental, Austrália, Japão e América do Norte; do outro, os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, que incluem toda a América Latina, boa parte da Europa do Leste, os países africanos e parte considerável do continente asiático, entre outros. Há assim, de um lado, os desenvolvidos e, de outro, os que precisam ser desenvolvidos e há, também, os desenvolvedores, ou seja, os organismos que promovem o desenvolvimento.

Um primeiro problema aparece logo aqui. Ao fixar quem é desenvolvido, o discurso hegemônico fixa unilateralmente um modelo de desenvolvimento e uma medida para avaliar os países. A idéia de fundo nesse tipo de análise é que somente há uma forma de desenvolvimento possível, que é aquela dos países do Norte. Por isso, cabe a essas nações orientar seus vizinhos mais pobres, oferecendo-lhes ajuda técnica, humana e financeira através, sobretudo, de programas de cooperação oficial. Frequentemente, essa ajuda envolve empréstimos das instituições

financeiras multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Ao longo do tempo, o discurso hegemônico deu ênfase a diversos problemas que explicariam o subdesenvolvimento de algumas nações em relação a outras: o atraso tecnológico, o excessivo crescimento da população, a inadequação dos serviços públicos, as atitudes e valores tradicionais, a baixa escolaridade. É claro que não são consideradas as relações de poder ou de exploração entre os países. Ou seja, há 40 anos, o discurso hegemônico do desenvolvimento afirmava que se melhorássemos nossa tecnologia, tivéssemos menos filhos, melhores serviços públicos e maior escolaridade deixaríamos de ser pobres e seríamos desenvolvidos.

Em nome de superar esses limites pregava-se as seguintes medidas: a modernização, percebida como a única força capaz de destruir as superstições ligadas ao atraso; a industrialização e a urbanização, entendidas como caminhos inevitáveis para o progresso dos países; o crescimento econômico como condição imprescindível para o desenvolvimento, que comportaria automaticamente melhorias nos indicadores sociais.

Como decorrência desses princípios, os programas de desenvolvimento enfatizaram a área tecnológica, o controle da população, as políticas monetária e fiscal, a economia de mercado e o estímulo a uma educação modernizadora, no mais das vezes completamente dissociada das realidades locais.

Na América Latina, desde os anos 80, tornou-se hegemônica a idéia de que os estados precisam adotar políticas de ajuste estrutural como pré-requisito para se desenvolverem. Esse discurso irradiou principalmente dos Estados Unidos, país que serve como referencial desse tipo de desenvolvimento – e cujos interesses econômicos na região são evidentes.

CRÍTICAS AO DISCURSO HEGEMÔNICO

O discurso hegemônico sobre desenvolvimento é um discurso forte, mas nem por isso é o único que existe. Como os países “desenvolvidos” não são uniformes no seu modelo de sociedade, e como a situação modifica-se no tempo, podem coexistir diferentes discursos sobre o desenvolvimento em diferentes regiões do planeta. Na contramão dele, alçam-se as vozes dos movimentos da sociedade civil, das ONGs, de muitos grupos de solidariedade internacional, inclusive dos setores mais democráticos dos governos do Norte e do Sul. Em janeiro de 2001, muitas dessas vozes juntaram-se em Porto Alegre, durante o *Fórum Social Mundial*, num encontro que discutia novas possibilidades de desenvolvimento, enquanto as potências, reunidas em Davos, continuavam falando do seu único modelo de futuro.

As críticas dos movimentos e muitos intelectuais ao modelo hegemônico de desenvolvimento são muitas. Basta citarmos as mais relevantes:

ELIMINAÇÃO DA DIVERSIDADE.

O discurso hegemônico do desenvolvimento coloca no mesmo saco países com realidades, histórias, valores e problemas radicalmente distintos – culturas diversas e milenares como a indiana, países islâmicos e da África Negra, América Latina, etc. são tratadas como realidades idênticas. A ideologia do desenvolvimento funciona como uma lente que permite aos países “desenvolvidos” interpretarem todas essas realidades como uma unidade e propor soluções universais, que nem sempre resultam adequadas aos contextos específicos.

OMISSÃO DO JOGO DE INTERESSE E DE PODER ENTRE PAÍSES.

A idéia de que o desenvolvimento é um processo necessário e positivo para os países do chamado Terceiro Mundo é muito poderosa, a tal ponto que essa idéia encobre os interesses de nações, classes e agências internacionais nesses países. Tais interesses são frequentemente econômicos e não têm nada a ver com a melhoria nas condições de vida das populações.

MODELO CONCENTRADOR DE RENDA.

Devido à ênfase na modernização e na tecnologia, dissociados das relações sociais de poder e divisões sociais, os programas oficiais de desenvolvimento têm provocado acumulação de capital nas mãos de alguns investidores, o que traz um impacto negativo para as populações.

FALTA DE ATENÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS.

Após a Segunda Guerra, o desenvolvimento passou a ser um problema técnico, gerido por burocratas – os especialistas em desenvolvimento – que iriam determinar uma série infinita de intervenções sobre as populações locais dos países atrasados. A legitimidade desse discurso entre as elites (do Norte e do Sul) é tão grande que lhes permite admitir e justificar a persistência da pobreza, a degradação ambiental, os massacres étnicos e outras formas de injustiça, tudo em nome do desenvolvimento.

E GÊNERO... COMO É QUE FICA?

Da parte do feminismo, a grande contribuição ao enfretamento desse discurso foi a invenção e defesa dos direitos reprodutivos, luta feminista que demonstrou a falsa relação entre controle de natalidade e desenvolvimento, além de denunciar as práticas perversas sobre o corpo das mulheres, cujos corpos passaram a ser objeto de políticas de desenvolvimento. O caso do Brasil é apenas mais um exemplo. O número médio de filhos por família reduziu-se drasticamente, em parte por desejo das próprias mulheres, mas nem por isso as pessoas deixaram de ser pobres, ao contrário aumenta a cada ano a desigualdade social no Brasil e cresce a distância entre ricos e pobres. Por outro lado, os direitos reprodutivos seguem sendo violados corriqueiramente pela ausência de condições para vivê-los no cotidiano.

Excetuando-se o caso do controle populacional, considera-se que na literatura do desenvolvimento, o papel específico das mulheres foi largamente ignorado, particularmente a questão de como as políticas de desenvolvimento afetam a posição subordinada da mulher. A perspectiva de gênero somente começa a ganhar visibilidade nos anos 70, a partir de um estudo pioneiro de Esther Boserup, *O papel das mulheres no desenvolvimento econômico*. Essa autora não é muito crítica quanto ao modelo de desenvolvimento dominante. Entretanto, chama a atenção para a exclusão das mulheres dos processos de modernização iniciados nos países do chamado Terceiro Mundo. Em seu trabalho, Ester considerava que a modernização trazida pelo desenvolvimento inseriu os homens na economia de mercado, propiciando-lhes o acesso à tecnologia, entretanto as mulheres ficaram relegadas ao setor da economia de subsistência. Ela apontou ainda que a participação das mulheres na produção econômica dos seus países se manteve ausente das estatísticas e análises, que não incluíam a economia de subsistência nem o trabalho doméstico.

A partir das contribuições de Boserup, as mulheres começaram a receber atenção nos programas de desenvolvimento na década de 80, e aqui não apenas para controle populacional, embora também houvesse essa prioridade, mas para apoiá-las nas atividades que lhes estavam reservadas nas famílias e comunidades. O primeiro enfoque adotado pelos organismos de desenvolvimento nesse sentido foi chamado *Mulher e Desenvolvimento* (MED) e compreendia um leque de ações específicas para as mulheres pobres, na grande maioria de assistência social,

medidas de apoio a sua atuação para melhorar e superar problemas comunitários e das famílias, muitas ações para o planejamento familiar e uso da pílula ou laqueadura de trompas, mas raramente para melhorar a situação das próprias mulheres.

Já no final dos anos 80 e ainda com mais força na década de 90, essa abordagem vai sendo superada por uma nova concepção – *Gênero e Desenvolvimento* (GED), construída a partir das contribuições feministas sobre as relações de poder. O foco de GED não está propriamente nas mulheres mas nas relações entre mulheres e homens em vários espaços – redes de parentesco, vida econômica, social e política. A abordagem GED considera que as relações de gênero são fator de subdesenvolvimento, pobreza e injustiça e que interagem com as relações de classe, raça, etnicidade, religião, etc. A abordagem GED pretende olhar as mulheres como agentes ativos do processo de desenvolvimento e não como receptivos passivos das intervenções. Não foca unicamente os aspectos da maternidade e da reprodução, mas também da participação política e posição na sociedade.

A abordagem GED foi considerada um grande avanço quanto à incorporação das mulheres como sujeitos políticos do desenvolvimento de seus países. Contudo, na perspectiva feminista o alcance do GED ainda é limitado por ser uma abordagem que desconsidera muitos aspectos da cidadania e da necessária transformação social para se alcançar uma vida melhor.

As reflexões feministas sobre o desenvolvimento começam a vir a público nos anos 80, destacando-se os estudos pioneiros de Gita Sen e Caren Grown (1998). Para nós, a abordagem feminista diferencia-se das anteriores porque critica as bases do discurso hegemônico de desenvolvimento, questionando seus pressupostos e propondo um novo modelo para a superação dos problemas nos países do chamado Terceiro Mundo. As feministas entendem desenvolvimento como um processo econômico, social e cultural que visa, em última instância, a transformação das estruturas que produzem as desigualdades. Entre as desigualdades, inclui-se a desigualdade de gênero e todas as outras. Nessa concepção, tais estruturas, instituições e relações sociais, é que são responsáveis pela reprodução da pobreza e as diversas injustiças sociais.

Como estratégia, o movimento de mulheres propõe por isso examinar o impacto, planejado e não planejado, dos programas de desenvolvimento no interior de qualquer sociedade – quem é beneficiado, quem resulta excluído, qual é o balanço final entre direitos e obrigações, poder e privilégio, o que muda estruturalmente quando se investe no desenvolvimento e quem tem controle sobre a direção das mudanças. Considera-se também necessário estar sempre atento ao grau de consciência das desigualdades de gênero que os programas de desenvolvimento estão promovendo e as alterações nas relações de poder, em especial nos espaços de decisão da casa, da comunidade, do país e do mundo. A abordagem feminista do desenvolvimento ainda segue em

construção. Entre outros elementos, foca-se nos debates recentes a transformação da economia e da política.

?????? - Questões

Revisando os pressupostos do discurso hegemônico do desenvolvimento apresentados neste texto, é possível identificar elementos deste discurso em parceiros e atores sociais próximos às suas práticas? No interior do próprio movimento de mulheres, é perceptível também a presença deste ideário? O que explica essa adesão ao discurso hegemônico?

Para além dos direitos reprodutivos, que outros elementos dos debates feministas impactam e confrontam o discurso hegemônico do desenvolvimento? Quais os elementos que seriam constitutivos de uma visão feminista do desenvolvimento?

O QUE SÃO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS - IFMs

Este texto apresenta informações organizadas por Magnólia Said, advogada, presidenta do Esplar e uma das integrantes da coordenação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (Said, 2001).

As IFMs são consideradas instituições multilaterais, porque pertencem a muitos países, os países membros, seus sócios. Além das IFMs são também organizações multilaterais as organizações das Nações Unidas como é o caso da Unicef, Unifem, Unesco e outras. As IFMs são entretanto organizações multilaterais diferentes dessas porque são grupos financeiros; atuam, principalmente, emprestando dinheiro aos governos e à iniciativa privada dos países que solicitam ajuda.

À diferença da maioria dos bancos, as IFMs são instituições públicas, cujos acionistas são os governos de vários países do mundo, que

depositam cotas de dinheiro para formar o fundo que financia os próprios sócios, as chamadas quotas-partes. Por isso, seus critérios para empréstimos não são determinados apenas pelo lucro: as IFMs emprestam dinheiro a juros abaixo do mercado e em condições usualmente mais favoráveis para a devolução. Atualmente, são as grandes fontes disponíveis para setores não financiados por bancos privados em países em desenvolvimento (Aurélio Jr. Viana, 1998). Esses são aspectos positivos das IFMs, quando comparadas às outras fontes de recursos disponíveis no mercado internacional.

Por se tratar de fundos públicos, os governos acionistas decidem o destino que deve ser dado aos recursos das IFMs, bem como as condições de cada contrato de colaboração. Esse também poderia ser um aspecto positivo para que as IFMs direcionassem seus investimentos àqueles programas considerados prioritários pelas populações de cada país credor. Porém, não é isso o que está acontecendo. O poder de voto dos países mais ricos é maior, pois doam mais dinheiro para formar os fundos das IFMs, e por isso são eles que determinam, pelo voto, as decisões quanto aos financiamentos, na maioria das vezes favoráveis aos seus próprios interesses. As IFMs não são apenas a expressão da relação de poder entre os países, são um instrumento de poder.

Criadas para apoiar o desenvolvimento, na realidade os empréstimos das IFMs estão hoje fortemente comprometidos com a implementação das políticas de ajuste estrutural em um número crescente de países. As

IFMs têm verbas específicas para financiar apenas as reformas definidas no Consenso de Washington. Essas verbas têm aumentado em todas as instituições, inclusive desvirtuando os objetivos iniciais de algumas delas. Paralelamente, tem diminuído o montante destinado a programas sociais, o que é ainda mais grave se considerarmos que o ajuste provoca, em geral, um impacto negativo nas condições de vida das populações desfavorecidas (Flávia BARROS, 2001 e Laura Soares TAVARES, 2000).

Para entender melhor como isso está sendo feito, veremos alguns aspectos das três instituições financeiras mais influentes na América Latina – o Bird, o FMI e o BID. Iremos nos centrar em aspectos gerais dessas instituições, nos mecanismos de gestão de cada uma delas e na participação da sociedade civil. Também veremos de que forma as questões de gênero são incorporadas.

O GRUPO BANCO MUNDIAL

Foi criado em 1944, na *Conferência Monetária e Financeira da ONU* na cidade de Bretton Woods, com a finalidade inicial de apoiar a reconstrução da Europa após a 2ª Guerra Mundial. É formado pelas seguintes instituições: CFI – Corporação Financeira Internacional; Bird – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento; AID – Associação Internacional de Desenvolvimento; Cirdi – Centro Internacional para a Resolução de Disputas sobre Investimentos; e Agim – Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais.

A instituição mais importante do Grupo Banco Mundial é o Bird, considerada a agência mais forte de financiamento ao desenvolvimento em escala mundial. Na maioria das vezes quando se fala em Banco Mundial está-se referindo ao Bird e não a todas as organizações do grupo. O Bird realiza empréstimos a governos ou a projetos de desenvolvimento com garantia estatal. Dirige seus investimentos a países em desenvolvimento com renda *per capita* média, como é o caso do Brasil. Desde 1990, o Bird, em resposta às pressões internacionais, assumiu como objetivo principal a redução da pobreza.

MECANISMOS DE GESTÃO

Atualmente, 181 países são co-proprietários do Banco Mundial, porém, o Conselho Diretor do Banco é constituído por apenas 24 diretores. Os países mais ricos, que têm maior participação entre as quotas-partes do banco, são representados por um diretor cada, tendo maior poder de influenciar as políticas da instituição. São estes: Estados Unidos, Japão, França, Inglaterra, China, Rússia e Arábia Saudita. Os 174 países restantes dividem-se em 17 grupos, elegendo cada grupo um representante para o Conselho. A influência individual desses países é, portanto, limitada. Para se ter uma idéia, o poder de voto do Brasil é de 3,17%. Já os Estados Unidos concentra 17,2% do total dos votos, sendo o único país que pode vetar as resoluções do Conselho. Até hoje, a presidência do Banco Mundial sempre foi ocupada por um americano.

RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS DE AJUSTE ESTRUTURAL

O Banco Mundial começou a apoiar programas de ajuste estrutural a partir de 1979, criando duas modalidades de crédito para isso. No final da década de 90, o banco estabeleceu mais três modalidades de empréstimo de ajuste, que foram testadas em pouquíssimos países, entre eles o Brasil. O banco financia também diversos projetos de investimento nas áreas de agricultura, infra-estrutura, reforma agrária, meio ambiente, educação e saúde. Segundo regras do próprio banco, os empréstimos para ajuste não podem ultrapassar 25% dos valores emprestados para os países de renda média e 30% do valor total dos empréstimos realizados aos países de renda baixa. No entanto, no ano fiscal de 1998, esse tipo de empréstimo atingiu um total global de cerca de 53%. Esta é uma grande deturpação do objetivo principal da instituição, que é a redução da pobreza.

QUESTÕES DE GÊNERO

Em 1996, o Banco Mundial instalou o *Grupo Consultivo Externo para Gênero*, formado por mulheres de reconhecida experiência no campo da pesquisa e ação internacional sobre o tema das relações de gênero. Essa atitude do Banco foi interpretada como uma resposta à campanha *Mulheres de Olho no Banco Mundial*, lançada durante a IV Conferência Internacional sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz, realizada em Beijing (China) no ano de 1995. Como o nome indica, o grupo tem estatuto de grupo consultivo que, na hierarquia do banco, é menos importante que os grupos de

aconselhamento ou os grupos de trabalho. Além da limitada importância na estrutura do banco, avalia-se que a dinâmica de funcionamento do grupo é insuficiente para tornar mais efetiva sua pequena influência: são poucas reuniões por ano e um orçamento limitado para a realização de estudos sobre as práticas do instituição.

Além do Grupo Externo Consultivo, o banco criou internamente *o Grupo para a Análise e Políticas de Gênero* (APG), com a função de ajudar na formulação de políticas, bem como na implementação dessas através de pesquisa e capacitação de funcionários/as. O APG tem representantes em cada um dos departamentos de países. O Centro de Informação Pública do Banco produziu um *Roteiro de Gênero para Cidadãos e o Banco Mundial*, escrito por Richard Chamberlein e que pode ser encontrado em espanhol. O banco está desenvolvendo Planos de Ação em Gênero, que irão contemplar o contexto estratégico sobre assuntos relativos a gênero em cada região e em alguns países. O Banco Mundial publica trimestralmente um boletim de notícias sobre gênero. Enfim, a instituição tem, a seu modo, respondido às exigências do movimento de mulheres para incorporar a perspectiva da igualdade de gênero.

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

O Banco Mundial elabora, a cada três anos, um *Documento de Estratégia de Assistência ao País* (CAS – Country Assistance Strategy), em

que são registradas as políticas recomendadas para cada país tomador de empréstimo. Altos técnicos dos governos são consultados para isso mas quem aprova o documento final é o Conselho de Diretores do próprio banco. A sociedade civil não participa da elaboração do CAS. No Brasil, devido à pressão dos movimentos sociais, em especial da Rede Brasil, foram celebradas três reuniões em 2000 para discussão do CAS junto a organizações da sociedade civil. Igualmente, o Governo disponibilizou o CAS para consulta da população recentemente (1997), após requerimento do deputado Ivan Valente e mobilizações da sociedade civil e Rede Brasil. O documento pode ser consultado pela Internet (www.bancomundial.org.br) ou em publicação comentada pela Rede Brasil (ver os dados na bibliografia – Aurélio Jr. Viana).

Em 1993, o BM criou o Painel de Inspeção, uma comissão semi-autônoma que investiga as reclamações de populações afetadas negativamente por projetos financiados pelo Banco. O Brasil é o país com maior número de solicitações de instalação de painel de inspeção. A Rede Brasil publicou recentemente um livro que avalia e aponta os limites da experiência do Painel de Inspeção enquanto instrumento de controle social e participação da sociedade civil. Na maioria dos casos, os pedidos de inspeção que a sociedade civil demanda não têm sido aceitos pelo banco, e atualmente o pedido de inspeção só pode ser feito se estiver direcionado para verificar se o projeto foi ou não desenvolvido conforme planejado. Ou seja, inspeção para avaliar os efeitos do projeto não faz parte das regras que orientam o painel. Este é o principal limite da proposta.

Em 1992, o Banco Mundial estabeleceu o Comitê de ONGs/Banco, formado por 27 representantes de organizações não-governamentais na América Latina, Ásia e África, mais vários gerentes principais da instituição. Essa iniciativa só contempla uma reunião anual para discussão conjunta sobre as questões de desenvolvimento, portanto é apenas um espaço de debate, ainda restrito e muito tímido em termos de canais de participação e interlocução com a sociedade civil, a exemplo do grupo externo consultivo de gênero.

A partir de 1996, o Banco Mundial estabeleceu o cargo de Especialista em Análises Sociais e Sociedade Civil para a maioria dos países financiados. O especialista atua como um oficial de ligação entre o Banco e a sociedade civil organizada, tentando melhorar as vias de diálogo e participação. Um exemplo das atividades desse especialista foi a consulta realizada alguns anos atrás no Brasil sobre a imagem do banco na sociedade civil brasileira, série de reuniões regionais com representantes de organizações da sociedade civil, em especial ONGs.

O Banco Mundial tem um site em português que sugerimos acessar: www.banco.mundial.org.br. Nele você poderá encontrar muitas informações úteis acerca da história do banco e da abrangência da sua intervenção, análises sobre desenvolvimento e pobreza, a política com relação a sociedade civil e a ação do banco no Brasil.

O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI

O FMI foi criado na mesma época e lugar que o Banco Mundial, e por isso são chamadas de as “Instituições de Bretton Woods”. O Fundo foi criado com a intenção de servir de garantia à estabilidade financeira internacional. Com esse objetivo, realiza empréstimos emergenciais para países em crise (como pôde ser visto recentemente na Argentina) e estabelece regras para a liquidação dos compromissos contratuais assumidos pelos países tomadores de empréstimo a ele e a outras fontes de financiamento, bancos internacionais.

MECANISMOS DE GESTÃO

O Fundo tem 182 países membros e também funciona por cotas que determinam o poder de voto. Os Estados Unidos são o principal acionista, controlando 18% do total de votos. A instituição é dirigida por um Conselho Executivo que se reúne três vezes por semana para supervisionar a implementação das políticas. Dos seus 24 diretores executivos, oito representam países individuais e o restante expressam os interesses de grupos de países. O Brasil não faz parte do grupo de países que controla o FMI. Porém, é um dos países minoritários com maior poder de voto – é o 17º lugar numa lista de 182 países e ocupa posição de destaque no seu grupo de países. Anualmente, acontece uma reunião entre os representantes do mais alto escalão da equipe econômica de cada país membro (o ministro da Fazenda ou o presidente

do Banco Central). Esses transmitem suas decisões aos representantes de seus países no Conselho Executivo. Ou seja, nossos ministro da fazenda e presidente do Banco Central têm poder no FMI.

RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS DE AJUSTE ESTRUTURAL

O FMI é a instituição que mais claramente condiciona seus empréstimos à implantação de políticas de ajuste estrutural no país credor. De modo geral, estas são as restrições que o FMI impõe aos países: 1) rigorosos programas de ajuste nos gastos públicos, que provocam o agravamento da miséria e da injustiça social; 2) redução drástica da autonomia do país no que diz respeito às políticas de desenvolvimento econômico e social, a médio e longo prazos; 3) subordinação das políticas públicas àquelas aceitas pelos investidores internacionais.

QUESTÕES DE GÊNERO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Questões de gênero não foram incorporadas em nenhuma instância, assim como não há canais para que aconteça interlocução entre o FMI e a sociedade civil dos países onde atua.

O FMI não tem página em português na Internet. Mas acessando o endereço www.imf.org você tem opção de ler as informações disponibilizadas para o público em inglês, alemão, francês e/ou espanhol.

O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID

De forma parecida ao Banco Mundial, o BID é um banco de desenvolvimento e de combate à pobreza. Foi estabelecido em 1959, sendo o mais antigo entre os bancos regionais do mundo. Sua área de atuação compreende a América Latina e o Caribe. Os empréstimos do BID destinam-se aos governos desses países e à iniciativa privada. Recentemente, o banco passou a financiar também ONGs, destinando para essas organizações valores muito acima dos que o Bird direciona a esse setor. O BID é constituído pela Corporação Interamericana de Investimento (CII) e pelo Fundo Multilateral de Investimento (Fomin).

MECANISMOS DE GESTÃO

São acionistas do BID 46 países do mundo. O Brasil é o terceiro maior acionista, detendo por isso 11,034% dos votos. Na sua frente, somente estão os Estados Unidos, acionista majoritário com 31,08% dos votos, e o grupo formado pela Argentina e Haiti, que detém 11,384%. É importante perceber que, no BID, os governos latino-americanos têm maior poder de decisão do que os países de outras regiões, incluindo os Estados Unidos. O Brasil, sozinho, é o país mais influente entre os latino-americanos, seus votos, quando somados aos da Argentina, superaram o poder de voto dos Estados Unidos.

RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS DE AJUSTE ESTRUTURAL

A relação do BID com o tema do Ajuste é estreita, está no cerne da sua compreensão do que seja o desenvolvimento: reduzir a intervenção do Estado e favorecer o papel protagonista das empresas privadas.

QUESTÕES DE GÊNERO

Em 1998, o BID criou uma unidade sobre assuntos de gênero. Entretanto, as questões de gênero ainda não estão suficientemente incorporadas nas práticas internas do próprio banco se comparadas com as medidas adotadas pelo Bird.

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

O BID, a exemplo do Bird, também elabora um documento de estratégia de assistência para cada país mutuário, conhecido como *Documento de País*. A sociedade civil não é consultada para isso. O documento do BID também foi disponibilizado para consulta em 1997, após requerimento do deputado Ivan Valente. Pode ser consultado em publicação comentada pela Rede Brasil (ver os dados na bibliografia – Aurélio Jr. Viana)

Quanto ao diálogo e espaços de participação das sociedades civis dos países da região, o BID demonstra-se mais fechado do que o Banco Mundial. Somente em 2000, iniciou um processo de consulta às ONGs

para o desenho de sua estratégia de participação da sociedade civil. Esse diálogo ainda não aconteceu em muitos países da região e está em curso. O documento elaborado pelo banco e colocado em discussão indica vários problemas. O principal deles, apontado pelas organizações presentes à reunião brasileira de discussão do assunto, é que o espaço privilegiado de participação da sociedade indicado pela estratégia do BID é na execução de projetos, em especial, na execução de programas complementares à ação governamental em serviços sociais básicos.

Desde 1994, funciona um Painel de Especialistas Independentes, formado por dez pessoas de países-membros do Banco. O Painel é a proposta do BID para investigar as queixas das partes afetadas pelos projetos de desenvolvimento.

O site do BID é o www.iadb.org, com informações em português, porém, não há muita informação disponível. O BID publica uma revista eletrônica on-line que você pode acessar gratuitamente neste endereço.

?????? - Questões

As informações que nos traz o texto revelam os muitos lados, positivos e negativos, das IFMs e as relações de poder entre os países na gestão dessas organizações. Uma pergunta recorrente é se seria possível democratizar os bancos multilaterais e o fundo monetário. Seria possível

uma gestão mais democrática entre os países? Seria possível uma gestão com participação da sociedade civil? Qual a relação entre democracia representativa, representantes dos países nos conselhos gestores das IFMs e democratização dessas organizações? Ou, ao contrário, o melhor seria pregar o fim desses organismos? Em tempos de globalização, podemos prescindir de mecanismos multilaterais de governo?

Percebe-se uma relação estreita entre economia neoliberal, política internacional e articulação do poder com impactos decisivos na política das IFMs orientadas para benefício de alguns setores da economia de alguns países. Este é um campo hegemonizado pelos homens, pois as mulheres estiveram historicamente interdidas de atuar na esfera da economia e da política. Entretanto, o movimento de mulheres e o feminismo já têm hoje experiência, críticas e proposições quanto ao desenvolvimento e a política, estaria no momento de o movimento buscar interlocução com as IFMs? Quais as melhores estratégias, entre as estratégias, possíveis para tal?

As mulheres quando estão consideradas nas políticas das IFMs, estão, na maioria das vezes, como beneficiárias do desenvolvimento, ou como recurso de programas e projetos, mão-de-obra voluntária ou de baixo custo para trabalhos comunitários e de serviços sociais básicos. Parece que o espaço do monitoramento da ação das IFMs é um espaço de atuação como sujeito político que está sendo construído pelas mulheres. O que pensa disso? Que obstáculos temos a vencer para efetivar melhor essa possibilidade de atuação?

A REFORMA LIBERAL DO ESTADO NA ERA FHC.

Elaborado em 1995, o *Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado Brasileiro* constitui um bom exemplo de projeto para a reconstrução do Estado, seguindo-se as recomendações das Instituições Financeiras Multilaterais. Apresentamos, em seguida, a justificativa oficial e os principais aspectos dessa modificação do Estado brasileiro. O texto que serve de referência é o artigo *A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e mecanismos de controle*, escrito por Bresser Pereira, ex-ministro de Administração e Reforma do Estado, no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso

O PORQUÊ DA REFORMA

No texto consultado, Bresser Pereira atribui ao “crescimento distorcido” do Estado alguns dos principais problemas que assolaram o

mundo durante a década de 70: redução do crescimento econômico, elevação do desemprego e aumento nas taxas de inflação. Essa crise do Estado teria provocado uma reação da onda conservadora, que tentou implantar o Estado mínimo em vários países. Para Bresser, a idéia do Estado mínimo foi abandonada nos anos 90 em favor dos projetos de reconstrução do Estado, nos quais são preservadas algumas funções estatais ausentes na onda reformista dos 80. A reforma brasileira estaria, segundo o ex-ministro, em consonância com essa corrente.

Os pontos-chave da Reforma proposta por Bresser Pereira incluem: a delimitação do tamanho do Estado, repassando alguns serviços à sociedade; a redefinição do papel regulador do Estado, reduzindo sua influência e controle sobre o mercado; a recuperação da governança, com ajuste fiscal e reforma administrativa; e por fim o aumento da governabilidade, o que inclui mecanismos de regulação da ação política. Cada um desses pontos assenta-se em pressupostos muito próximos aos pressupostos neoliberais. Ou seja, ainda que não siga a proposta inicial de Estado mínimo, a proposta brasileira não se afasta do marco liberal da reforma do Estado.

A delimitação do tamanho do Estado tem como pressuposto a análise de que, no mundo todo, o Estado cresceu de forma desmedida em termos de pessoal, de receita e de despesa. Esse crescimento provoca distorções como o aproveitamento do aparelho estatal para interesses individuais e a ineficácia em responder às demandas dos cidadãos. É preciso reduzir o tamanho do Estado, diminuindo sobretudo o número de funcionários

públicos. Três são as formas previstas para efetivar a redução do Estado: privatização, publicização e terceirização.

A privatização consiste em repassar para o mercado (empresa privada) a produção de bens e serviços em mãos do Estado, como a exploração de minérios, energia, comunicações, etc. Os principais argumentos para essa medida são que o Estado precisa dos recursos da privatização e que o mercado é mais eficiente na produção de bens e serviços. A legislação prevê a criação de agências reguladoras para controle sobre o desempenho das empresas na execução dos serviços que lhe foram repassados.

A publicização traz a noção de serviço públicos-não-governamentais. A lei prevê termos de parceria entre governos e organizações sem fins lucrativos para as atividades na área social e científica – escolas, universidades, hospitais, entidades de assistência, etc. O Estado passa a financiar (total ou parcialmente) e quem executa são as organizações públicas-não-estatais (conhecidas como ONGs) ou as organizações sociais, nova figura legal criada com a lei. Mais recentemente foi criada também a categoria de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, uma ONG para poder estabelecer termo de parceria com os governos precisa requerer seu reconhecimento como Oscip.

A terceira forma de redução do tamanho do Estado é através da Terceirização, ou seja, contratar a execução de todos os serviços auxiliares (limpeza, vigilância, transporte, informática, etc.). Essa medida está indicada na lei sob o argumento de que significa economia para o

Tesouro. Ligada a ela, a Reforma prevê a coexistência de dois regimes jurídicos para os funcionários públicos: estatutários e empregados.

Um segundo ponto central da proposta de Bresser Pereira é a redefinição do papel regulador do Estado. Seguindo a lógica liberal, considera-se que a regulamentação excessiva da atividade econômica pelo Estado (políticas voltadas aos setores industrial, agrícola, etc.) acarreta custos à empresa privada, que a tornam menos competitiva. A intervenção pública, através de subsídios e renúncias fiscais, também provoca distorções nos preços e onera o Estado. Considera-se que, embora uma certa intervenção seja imprescindível, precisa ser redefinida. A estratégia preconizada é a da lógica do leque de mecanismos de controle: sempre que for possível, o mercado será escolhido como mecanismo de controle da atividade econômica. O Estado deve ser promotor da capacidade de competição do País invés de protetor da economia nacional.

Quanto à recuperação da governança, idéia criada pelo Banco Mundial e que refere-se à capacidade financeira e administrativa dos Estados para levarem a termo suas decisões, a reforma brasileira apóia-se novamente no ideário neoliberal. Considera-se que o crescimento do Estado provocou uma crise fiscal que deixou os países sem recursos para realizarem investimentos e implementarem políticas, portanto, sem governança. A crise também evidenciou falhas na forma burocrática de administrar o Estado, que é preciso modificar. Em nenhum momento fala-se de dívida, interna ou externa, mas apenas do tamanho do Estado.

Em contrapartida, aponta-se como estratégias o Ajuste Fiscal, na prática traduzida em cortes em gastos sociais e de investimentos, e a Reforma Administrativa. Nesse caso a idéia significa a implementação de uma administração pública gerencial, que possa se adequar às mudanças introduzidas pela privatização, publicização e terceirização. A noção de administração gerencial aproxima as regras de administração pública à lógica da empresa privada lucrativa, inovando na modalidade de cálculo custo/benefício que passa a ser pensada a partir da máquina administrativa e não na ótica do custo/benefício, para a população.

Por fim, como quarto elemento da reforma do Estado à brasileira, temos o aumento da governabilidade, ou seja, maior capacidade política do Governo federal de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar.

A crise de governabilidade, ou crise política, é decorrência natural da crise de governança e se expressa pela perda do apoio da sociedade civil para governar. Embora esse seja um problema menos acentuado do que os anteriores, é necessário procurar formas para aprofundar a democratização das instituições do Estado. Entretanto, as estratégias para aumento da governabilidade não estão claramente explicitadas na proposta elaborada pelo ex-ministro. Por outro lado, tem-se a primeira iniciativa, a Lei de Responsabilidade Fiscal, orientada pelo FMI. Essa Lei se, por um lado, inova em relação a mecanismos que favorecem o controle da corrupção; por outro impede que governos optem por investir na ampliação dos serviços públicos, ação que acarreta aumento

de funcionários e portanto aumento da participação da folha de pagamento no orçamento total.

Algumas críticas ao projeto de Reforma Liberal do Estado precisam aqui ser levantadas. A primeira delas refere-se ao problema do tamanho do Estado. O Estado brasileiro é comprovadamente menor do que o dos países ricos: em 1990, o Brasil tinha apenas 37,8 funcionários públicos por cada mil habitantes, em contraste com os 73,5 dos Estados Unidos, 87,9 na França e 91,4 na Inglaterra (José A. Pereira de Souza e Marcos Arruda, 1998). Essa informação por si só já derruba importantes argumentos quanto à necessidade de reduzir o tamanho do Estado, principal justificativa da proposta. Além disso, o Brasil é uma economia importante, com recursos suficientes para investimentos sociais, não fosse o problema das dívidas internas e externas. Por fim destacam-se todas as críticas às propostas de Ajuste Estrutural, da qual a Reforma do Estado é apenas uma parte do conjunto de medidas, propostas que têm se revelado ineficientes para garantir crescimento econômico além de extremamente excludentes e injustas para com a população, conforme apresentamos no Texto-base desta publicação.

?????? - Questões

O programa nacional de Reforma do Estado está traduzido em leis estaduais, que em geral repetem as medidas da lei nacional. Alguns estados

brasileiros seguem até o limite as mudanças propostas nacionalmente, como é o caso do Maranhão, outros buscam alternativas não liberais para o aprimoramento do Estado, caso do Rio Grande do Sul. Você conhece a Lei da Reforma do Estado de seu estado? As Assembléias Legislativas produziram pouco debate em torno desse tema. Vale a pena buscar informações e analisar uma cópia da legislação. Muitos dos problemas de desmando nas políticas sociais e esvaziamento do papel dos conselhos que assistimos hoje explica-se por essas medidas que, infelizmente, são pouco conhecidas da maioria das ONGs e movimentos sociais. Para o movimento de mulheres, este é um assunto estratégico, afinal os direitos sociais e o acesso a serviços públicos de saúde, educação, segurança, são temas recorrentes na sua pauta de lutas. Que tipo de Estado queremos?

A proposta de publicização é um aspecto da Reforma do Estado especialmente problemático para as ONGs e, em certa medida para as organizações de mulheres e as mulheres em geral.

Por um lado, as ONGs compreendem ser possível ações públicas não-estatais, mas por outro lado grande parte das ONGs nega-se a substituir o Estado ou desresponsabilizar os governos pelos serviços sociais de educação, saúde e assistência social. Do ponto de vista das mulheres, corre-se o risco dos trabalhos da reprodução serem devolvidos às famílias e às mulheres dentro das famílias ou a organizações sociais não-governamentais, reduzindo a dimensão de direito que foi construída. Você já pensou sobre isso?

AS POLÍTICAS DE AJUSTE A SERVIÇO DO LIVRE COMÉRCIO E CONTRA O DESENVOLVIMENTO

Na última década, a política econômica internacional tem se voltado cada vez mais para a liberalização do comércio. Um dos atores fundamentais no estabelecimento de regras e na divulgação do ideário do livre comércio tem sido a poderosa Organização Mundial do Comércio, um organismo multilateral fundado em 1995 com o objetivo inicial de supervisionar acordos comerciais. Em sua curta existência, a OMC tem se convertido num dos principais alvos das lutas dos movimentos anti-globalização, bem como de muitos movimentos e redes pela defesa dos direitos humanos, incluindo os movimentos de

mulheres. Muitas das críticas evidenciam o caráter desigual das normas que estão sendo estabelecidas, sempre em favor dos países ricos e afetando negativamente as possibilidades de desenvolvimento sustentável e equitativo dos países do Sul.

Medidas para a liberalização do comércio são condicionalidades básicas nos acordos de cooperação entre as instituições financeiras multilaterais (IFMs) e os países em desenvolvimento, constituindo assim um eixo básico das políticas de ajuste. De fato, desde 1996, as IFMs e a OMC iniciaram ações complementares e cada vez mais em sintonia para fazer avançar a liberalização do comércio no mundo, forçando a abertura de mercados nos países em desenvolvimento para os produtos e serviços dos países ricos.

Observadores da sociedade civil afirmam que esta é a terceira fase quanto à determinação das políticas domésticas pelas organizações econômicas internacionais, depois do imediato pós-guerra e dos anos oitenta (Programas de Ajuste Estrutural). Neste terceiro momento, a determinação externa das políticas nacionais alcança níveis mais profundos ainda. Um sistema internacional de comércio está sendo constituído através das rodadas de negociações da OMC, cujas regras, depois de acordadas, passam a ser obrigatórias para todos os países membros e cuja lógica ultrapassa a esfera do comércio, invadindo todas as dimensões de políticas públicas e de desenvolvimento dos países.

Teoria e prática do livre comércio. Principais proposições.

O ideário da OMC se apóia na afirmação de que o livre comércio é positivo e essencial para o crescimento econômico e para o desenvolvimento. Seu discurso utiliza muitos dos conceitos da agenda social das Nações Unidas, calcada na liberdade, na igualdade e na defesa de direitos. No caso da OMC, entretanto, a liberdade refere-se unicamente à livre circulação dos capitais, produtos e serviços pelos países e comunidades, sem restrições nem regulamentações de qualquer espécie. A igualdade aplica-se à demanda por tratamento igual na concorrência comercial entre países e empresas com poderio diferenciado. E os direitos restringem-se ao direito das empresas em atuarem da forma como melhor lhes convier em qualquer país, sem que os Estados possam fazer respeitar regras ou leis que contrariem sua vontade de lucro.

Esse ideário é concretizado pelo estabelecimento de regras nunca estritamente comerciais, que são negociadas entre os países no marco de acordos bilaterais, plurilaterais ou multilaterais. A OMC é a organização que estabelece os acordos multilaterais. Na América Latina, dois pactos plurilaterais vão além das regras da OMC no que diz respeito à liberalização: o NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) e a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) que, embora ainda em negociação, já tem gerado bastante polêmica.

Um aspecto importante a perceber é a distância que existe entre a retórica do livre comércio, com sua ênfase na igualdade de oportunidades, e a prática do posicionamento dos países nas diversas negociações. Assim, os países ricos (Estados Unidos e Comunidade Européia, com a conivência de Suíça, Canadá e Japão) têm se utilizado da OMC para continuar protegendo seus setores vulneráveis e tradicionais, como a agricultura e o setor de vestimentas e de têxteis, através de subsídios e barreiras não tarifárias que baixam o custo dos seus produtos e dificultam a entrada de produtos estrangeiros mais competitivos. Paralelamente, esses países, em nome do livre comércio, pressionam para que sejam assinados acordos que protegem suas indústrias emergentes de informação e de serviços.

Devido à atual dinâmica do poder entre as nações, os países em desenvolvimento assinam acordos comerciais desfavoráveis a suas economias e que lhes impedem de adotar medidas para promover seu desenvolvimento. A ideologia do livre comércio se sustenta sobre a falsa premissa de que os problemas do desenvolvimento já foram resolvidos e que é preciso promover o crescimento através da abertura de mercados entre nações iguais. Essa premissa é falsa por vários motivos. Em primeiro lugar, o desenvolvimento continua sendo uma pendência para a maioria dos países do mundo e o livre comércio só faz agravar a situação, forçando os países do Sul a abrir mão de diversas medidas que foram (e são) usadas pelos países do Norte para promover suas economias e gerar empregos.

Além disso, nada indica que a liberalização comercial gere, de fato, crescimento econômico. Em verdade, o livre comércio só tem favorecido

uma concentração maior de capital na mão de uns poucos grupos econômicos transnacionais do Norte, ao passo que torna vulnerável um número crescente de economias nacionais e piora a vida dos pobres e de muitas mulheres, sobretudo nos países do Sul. A premissa é falsa, por fim, porque a capacidade de concorrência entre países é totalmente desigual e regras iguais, quando aplicadas a países desiguais, só servem para promover mais desigualdade.

Até agora, os acordos e declarações da OMC desconsideraram sistematicamente as necessidades dos países em desenvolvimento, institucionalizando as desigualdades já existentes e criando novos desequilíbrios. Esses acordos têm protegido os interesses dos países ricos e das transnacionais a eles vinculadas, que são apresentados como sendo do interesse de todos. Pior ainda: através da OMC, o desenvolvimento econômico tem sido subjugado à agenda do livre comércio e dos acordos financeiros, que estão trabalhando para a acumulação capitalista de empresas particulares em detrimento da repartição de riquezas, da justiça social e do desenvolvimento do conjunto dos países do globo.

A OMC –origem, objetivos e práticas.

A liberalização comercial na economia global começou a ganhar força a partir de 1947, com o estabelecimento do GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio, que visava a redução de tarifas e de outros obstáculos ao livre comércio entre os países signatários. O GATT não

tinha existência institucional, mas serviu como parâmetro para as trocas comerciais entre 23 países até a criação da OMC. Apesar da sua influência, não chegou a afetar o direito dos países a estabelecerem suas políticas nacionais de saúde, previdência e proteção ambiental. O GATT foi rediscutido em oito rodadas de negociação. A última dessas rodadas, que aconteceu em 1994 no Uruguai, modificou sistematicamente esse acordo, estabeleceu novos acordos comerciais e permitiu a criação da OMC, em 1995.

Com sede em Genebra, a Organização Mundial do Comércio é um organismo multilateral estabelecido inicialmente para supervisionar os novos acordos surgidos da Rodada Uruguaiana. Com o tempo, porém, a OMC foi emergindo como um dos principais atores na institucionalização da dinâmica da globalização, implantando um sistema de direitos e obrigações que ultrapassa o campo estritamente comercial e que hoje já vincula 145 países. Atualmente, a OMC administra cerca de 20 acordos, conhecidos por suas siglas em inglês - GATS (Acordo Geral de Comércio e Serviços), TRIMs (Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio), TRIPs (Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio), AoA (Acordo sobre Agricultura), entre outros. A organização patrocina sessões de negociação, julga controvérsias, impõe sanções a países, monitora políticas comerciais nacionais e promove assistência técnica para apoiar os Estados no cumprimento dos acordos.

Oficialmente, a OMC é uma organização democrática, pois cada país tem um voto. Na prática, no entanto, os Estados Unidos, a União Européia, o Japão e o Canadá dirigiram a maior parte da agenda até hoje. A Reunião Ministerial é o principal corpo da organização para tomada de decisões e ocorre pelo menos a cada dois anos. As decisões costumam ser tomadas por consenso, que é a forma pela qual os países ricos conseguiram até agora neutralizar a diferença numérica em relação às nações menos desenvolvidas. Para impor sua agenda, esses países conseguiram ocupar os lugares de destaque no secretariado da OMC, e usam e abusam da fórmula do “divide e vencerás”, convidando apenas os representantes de alguns Estados às reuniões menores onde os consensos são costurados. A estrutura da OMC é considerada por grande parte dos países membros e pela sociedade civil como não-transparente, não-participativa, antidemocrática e imperialista.

O atual processo de governabilidade da OMC dificulta que os países pobres e em desenvolvimento (que representam mais de 2/3 partes dos países membros) possam mudar a agenda de comércio por uma agenda de desenvolvimento. Porém, há de se reconhecer que alguns avanços aconteceram nos últimos anos, com o aumento da pressão da sociedade civil organizada e com o fortalecimento de redes entre países em desenvolvimento para fazer frente à forte pressão dos países ricos. A 5ª Reunião Ministerial, celebrada em Cancun (México) em 2003, foi um exemplo disso. Apesar de não ter conseguido reverter

a postura dos Estados Unidos e da Comunidade Européia em temas como o dos subsídios agrícolas, os países menos desenvolvidos impediram o avanço das negociações em outros setores que iriam prejudicar ainda mais seus interesses.

Os acordos comerciais negociados politicamente dessa forma tão pouco democrática passam a vigorar como legislação internacional uma vez estabelecidos, comprometendo os Estados parte com seu seguimento. Ao contrário dos acordos e tratados das Nações Unidas sobre direitos humanos, inclusive a CEDAW, os países que assinam um acordo se comprometem com todas suas resoluções, não podendo deixar de lado regras ou normas que sejam contrárias a seus interesses. Este procedimento elimina a flexibilidade e, em última instância, atinge a possibilidade de cada país adotar políticas comerciais que coincidam com suas estratégias nacionais de desenvolvimento.

A interpretação da legislação de comércio internacional também está a cargo da OMC. Um órgão de Solução de Controvérsias tem o poder de julgar as ações de cada país e definir se estão violando as novas leis do comércio. Os países podem ser submetidos a fortes sanções, caso seja definido que descumpriram alguma das normas acordadas. Além disso, os tribunais de comércio já estabeleceram inúmeras normas contra leis de saúde e de segurança nacional, de trabalho, de direitos humanos e ambientais, que foram consideradas “barreiras comerciais”. O processo de solução de controvérsias é muito limitado no que diz

respeito a participação e transparência: somente os governos podem demandar e acusar, o foro legal centra-se apenas nas regras estabelecidas e em suas interpretações, desconsiderando contextos específicos e toda a gama de valores relevantes para justiça e para o desenvolvimento.

O livre comércio na mira dos movimentos sociais: algumas controvérsias

Redes e movimentos sociais têm estado muito atentos ao rumo das negociações ao redor da liberalização comercial, tentando dar visibilidade aos temas mais polêmicos e às questões em que mais se evidenciam as desigualdades de poder entre as nações. Estas são algumas delas:

AGRICULTURA: ENTRE A LIBERALIZAÇÃO E A SOBERANIA ALIMENTAR

O acordo da OMC sobre agricultura (AoA, em inglês) garante aos países ricos o direito de manter subsídios e outras medidas para proteger seu setor agrícola mas força a abertura de mercados dos países menos desenvolvidos. Como resultado, os produtos norte-americanos e europeus entram nesses países com preços muito baixos, que não refletem os custos reais de produção. Observadores alertam para o efeito que isso está provocando em algumas regiões, sobretudo em partes da África e da Ásia, onde a agricultura familiar dominada pelas mulheres não é mais viável economicamente diante da avalanche desses produtos com preços distorcidos. A liberalização da agricultura também preocupa porque

ameaça a segurança alimentar – se toda as questões ligadas à agricultura são regidas pelo mercado, quem garante o acesso a alimentos para os pobres? Por esses motivos, muitos movimentos sociais defendem a soberania alimentar, ou seja: cada país deve ter direito a desenvolver políticas para o setor agrário que garantam o acesso universal à comida, a manutenção das populações rurais no campo e o equilíbrio com o meio ambiente.

SERVIÇOS VERSUS DIREITOS

As regras da OMC para a área de serviços (GATS) tentam garantir que qualquer empresa internacional receba o mesmo tratamento que as empresas nacionais em processos de privatização e concorrências públicas ou privadas. Na prática, porém, as únicas empresas que estão preparadas para concorrer são os grandes grupos transnacionais ligados aos países ricos. Além disso, os representantes desses países pretendem incluir nas leis sobre serviços setores de importância vital para o bem-estar das populações, como a água, a energia, a educação e a saúde. A mercantilização dos direitos afeta sobretudo as mulheres e os homens pobres que não podem pagar por eles. Os movimentos sociais querem que esses setores fiquem à margem dos acordos comerciais e que sejam alvo de políticas públicas nacionais.

PATENTES, NATUREZA E SAÚDE

A OMC também estabeleceu regulamentações sobre os direitos intelectuais, chamadas TRIPs. Muitos movimentos sociais defendem que

tais questões devem ficar sob a legislação nacional e não fazer parte de acordos comerciais, pois não se referem estritamente ao comércio. As TRIPs permitem que as empresas registrem patentes de todo tipo de organismo vivo, incluindo plantas, frutos, flores, microorganismos, etc. A visão da natureza como mercadoria passível de ser monopolizada é totalmente contrária a uma idéia de desenvolvimento sustentável com o meio ambiente. Igualmente, essa é uma área em que diferenças de poder entre as nações são fundamentais: 90% das patentes de organismos vivos são feitas por empresas do Norte!

Outro aspecto essencialmente polêmico ligado às TRIPs diz respeito às patentes de medicamentos. Até que ponto os interesses comerciais podem se sobrepor ao direito à saúde? Em 2001, os países menos desenvolvidos conseguiram sair da Reunião Ministerial de Doha com uma declaração favorável à quebra de patentes para garantir o acesso de medicamentos à população (graças, em parte, à pressão das ONGs). Em rodadas posteriores de negociação, os países ricos, principalmente os Estados Unidos, têm realizado esforços para adiar, restringir e inviabilizar a implementação dessa decisão. A questão ainda está sob acirradas disputas.

Há muitos outros temas controversos na área da liberalização comercial. Os movimentos sociais querem que os acordos assinados até agora sejam revistos e que seu impacto sobre as economias nacionais e sobre a vida de homens e mulheres dos países em desenvolvimento seja avaliado antes de ir adiante nas negociações. Mas os países ricos querem

avançar a liberalização incluindo na agenda da OMC temas que diminuem ainda mais o direito dos países a traçarem políticas de desenvolvimento, como as questões ligadas às compras governamentais e investimentos.

Outras questões, entretanto, precisariam avançar, como o direito das pessoas (e não apenas dos capitais) a se moverem pelas diversas nações do mundo globalizado. Até agora, esse direito é muito questionado, servindo somente para os profissionais qualificados ligados aos grandes grupos transnacionais que podem, esses sim, se instalar legalmente em qualquer país. Entretanto, trabalhadores sem tanta qualificação ficam às portas do Primeiro Mundo ou, pior ainda, se integram nas economias do Norte como emigrantes ilegais.

Outro aspecto preocupante é a possibilidade que as empresas estão tendo, no marco de alguns acordos comerciais, de processar os estados quando se sentem lesadas no que consideram seu sagrado direito de ganhar mais dinheiro. Essa possibilidade existe no NAFTA e os Estados Unidos têm a pretensão de incluir essa regra na ALCA. No México, por exemplo, o governo está sendo obrigado a pagar uma indenização altíssima a uma empresa por não ter permitido a instalação de um aterro para lixo tóxico!

Aliança entre IFMs e OMC. Buscando a coerência entre políticas

O avanço do livre comércio, da forma como está sendo definido pelos países ricos nas reuniões da OMC, é um dos eixos das políticas de ajuste

estrutural impulsionadas pelo FMI, pelo Banco Mundial e por outras IFMs como o BID. Essa integração acontece a partir da idéia de “coerência entre políticas”, que vem sendo esboçada em distintas reuniões da OMC desde sua criação: coerência entre as políticas dos governos nacionais com as políticas da OMC; coerência entre políticas de distintos países entre si; e coerência entre as políticas de ajuste estrutural do FMI e o Banco Mundial com a liberalização comercial.

Buscando garantir a chamada “coerência entre políticas”, o FMI e o Banco Mundial assinaram acordos com a OMC logo em seguida à sua criação, em 1996 e 1997 respectivamente. Mais recentemente (em agosto de 2003), essas duas IFMs fizeram uma declaração conjunta afirmando seu compromisso com a coerência de políticas e manifestando que irão ajudar os países signatários a implementar os compromissos que assumiram no contexto das negociações da OMC.

A síntese da proposta de aliança entre as organizações multilaterais de financiamento e comércio está expressa no texto *Coherence in global economic public policymaking and cooperation between the WTO, the IMF and World Bank: note by secretariat, 2003*, disponível no portal da OMC [<http://www.wto.org>]. O documento atesta o compromisso da Organização em promover a ordem econômica liberal internacional, muito além do que era previsto no seu mandato original. Na visão da OMC, é preciso que distintos organismos de desenvolvimento e regulação multilaterais atuem de forma coerente

em favor do livre comércio, de modo a se fortalecer mutuamente e a exercer maior poder de coerção sobre os países.

Analistas apontam algumas das implicações da cooperação entre OMC, Banco Mundial e FMI (Alex, 2003). Os programas de ajustes estruturais colocados para América Latina têm acarretado a redução de tarifas de bens agrícolas, assim como de subsídios à agricultura o que, como vimos, é um dos pivôs dos acordos desiguais para o setor de agricultura definidos no marco da OMC. Os documentos de estratégias dos bancos multilaterais afirmam de forma recorrente que os países tomadores de empréstimo precisam privatizar seus serviços de caráter social, política relacionada com o que foi acordado no GATS e, em última instância, com a expansão comercial das empresas de serviços dos países do Norte. Outras medidas semelhantes são incluídas como condicionalidades para os países que precisam recorrer aos empréstimos das IFMs. Técnicos dessas instituições estão, igualmente, auxiliando os governos nacionais na formulação de políticas, de reformas institucionais e de programas de investimentos que se ajustem aos acordos da OMC.

Tudo isso significa que as IFMs, instituições que deveriam estar pondo seus recursos à disposição do desenvolvimento das nações mais pobres, estão se comprometendo cada vez mais com a agenda do livre comércio, que só interessa aos países do Norte e a grandes grupos transnacionais.

PARTE 3

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

- Oficina 1. O neoliberalismo e a efetivação de direitos.
- Oficina 2. Direito ao desenvolvimento e Ajuste Estrutural.
 - Estudo 1. Estratégias das famílias frente à crise.
 - Estudo 2. Grupos de discussão.
- Guia de comunicação 1. Pautando o tema do Ajuste.
- Guia de comunicação 2: Dicas para entrevistas.

Ajuste Estrutural,
Pobreza e Desigualdade de Gênero.
Iniciativa de Gênero

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Para trabalhar o tema das políticas de ajuste com grupos de mulheres sugerimos aqui três tipos de atividades: oficinas, estudos e pesquisas e ações de comunicação. São atividades combinadas, mas que podem ser realizadas separadamente. Sugerimos, entretanto, a adoção do programa completo de atividades na ordem aqui apresentada.

O programa de atividades se inicia com debates em oficinas, prossegue com estudos empíricos da realidade local do grupo participante e encerra-se com o trabalho de difusão da posição do grupo sobre o assunto em veículos de comunicação. Antes das oficinas, é preciso entretanto apresentar a proposta e acordar com a organização de mulheres o ciclo de estudo e atividades sobre o tema.

OFICINAS DE REFLEXÃO

As oficinas têm por finalidade promover a formação do grupo sobre o tema e qualificá-lo para os estudos da realidade local. Cada uma delas se inicia com o resgate do saber e da visão do grupo, prossegue com informações sobre Ajuste Estrutural apresentadas pelas educadoras e conclui-se com um exercício de análise sobre questões colocadas para debate.

Considera-se que é mais fácil apreender novas informações quando essas se conectam a conhecimentos prévios. Sabe-se que as organizações de mulheres têm trabalhado bastante o tema dos direitos em geral e direitos das mulheres. Por esta razão, propomos duas oficinas nas quais sugerimos trabalhar as implicações das políticas de ajuste frente à efetivação de direitos.

ESTUDOS E PESQUISAS.

As atividades de estudo pretendem complementar a formação do grupo sobre o assunto. São estudos com caráter de experimentos pedagógicos, tomando a produção de conhecimento como dimensão da ação educativa. Pretende-se promover o desejo pelo conhecimento e a capacidade de avaliação, pelas mulheres, dos efeitos das políticas de ajuste em uma realidade determinada. Apresentamos duas modalidades de estudo, uma delas com famílias e a outra com grupos de pessoas. Em

que pese serem experimentos pedagógicos os estudos e pesquisas sugeridos necessitam de apoio de pesquisadoras.

COMUNICAÇÃO

O exercício da comunicação é requisito para a participação política e social das pessoas. Para a maioria das mulheres este exercício está ainda por ser construído como direito, o direito à fala pública. As atividades de comunicação apresentadas concluem o ciclo de formação do grupo, estimulando as mulheres a elaborarem e posicionarem publicamente um discurso próprio sobre as políticas de ajuste a partir de sua percepção e saberes, construídos nos transcursos das atividades anteriores. As atividades que sugerimos são duas: pautar o assunto em meios de comunicação e participar de debates e entrevistas.

IMPORTANTE

Todas as atividades são sugestões esquemáticas. Necessariamente precisarão ser adaptadas às características e interesses específicos do tipo de grupo de mulheres com o qual você irá trabalhar. Para adaptá-las, considere principalmente a experiência anterior do grupo com debates sobre estes temas, o âmbito de relações políticas nas quais está inscrita a atuação desse grupo e as possibilidades de parcerias com as quais você e o grupo poderão contar para realizar as atividades (especialmente

pesquisadoras e comunicadoras). Considere também todos os aspectos que “jogam” contra o sucesso da atividade, por exemplo o tempo escasso das mulheres para se dedicarem às atividades ou a falta total de recursos para pequenos gastos ou, ainda, resistência a tratar de temas dessa natureza.

Com base nessa avaliação organize o programa de atividades e feche o acordo com o grupo. Seja flexível. Uma oficina poderá ser desdobrada em três tardes de conversas ou pode configurar um encontro de dois dias. Você pode optar por uma única atividade de pesquisa, junto a uma única família, por exemplo. Ou, a depender da disposição, qualificação técnica e recursos do grupo pode fazer vários estudos e compará-los entre si. Quanto às atividades de comunicação, você pode propor como meta que o grupo consiga um artigo de opinião em um jornal de grande circulação. Em caso de grupos com menores possibilidades, poderá fixar a meta de conseguir uma entrevista na rádio difusora da comunidade ou, ainda, que o grupo realize um debate com outras mulheres da comunidade apresentando os resultados dos estudos. Pode, enfim, assumir as atividades como próprias de sua organização, utilizar as oficinas para qualificar o grupo de educadoras/pesquisadoras de sua entidade, realizar estudos e promover debates sobre os resultados além de publicá-los em periódicos. O que nos parece importante é garantir os três tipos de atividade: conhecer e refletir sobre as políticas de ajuste (oficinas), atualizar o conhecimento sobre os efeitos na realidade local (estudos e pesquisas) e posicionar-se publicamente sobre o assunto (comunicação).

O ciclo completo pode durar no mínimo dois meses e deveria encerrar-se em até 6 meses, de modo a não dispersar as informações no tempo.

Lembramos que é importante termos sua avaliação sobre este Caderno e essas sugestões de atividades. Quando você usar este guia de atividades, bem como os textos do Caderno, por favor preencha e nos envie a página final desta publicação.

Seria muito bom para a Iniciativa de Gênero receber informes, artigos e relatórios das atividades. Poderíamos, quem sabe, em 6 meses, prepararmos um dossiê a respeito do estado do debate no movimento de mulheres brasileiro sobre o tema do Ajuste.

Ajuste Estrutural,
Pobreza e Desigualdade de Gênero.
Iniciativa de Gênero

OFICINA 1

NEOLIBERALISMO E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS

OBJETIVO: promover a formação de opinião sobre o neoliberalismo e a reflexão quanto aos efeitos das políticas neoliberais sobre a efetivação de direitos.

TEMPO: 6 horas (sugerimos duas sessões de 3 horas cada, num mesmo dia)

MATERIAL: revistas, tesouras, cola, folhas grandes de papel madeira, pincel atômico tipo pilot, tarjetas, fita adesiva.

ORIENTAÇÕES

1. Roda de conversa

Após apresentação e uma atividade de integração do grupo, inicie a sondagem inicial quanto ao conhecimento e visão do grupo sobre os direitos.

Lance perguntas para provocar a discussão inicial: . Quem pode dizer o que significa a idéia e direitos? O que significa ter direitos? O que significar conquistar direitos? É possível inventar direitos? Por quais direitos vocês têm lutado? Que outros direitos vocês conhecem?

Formule perguntas para incluir direitos pouco conhecidos ou debatidos: Já ouviram falar dos direitos reprodutivos? O que seria? E direitos humanos? Direitos culturais?

Escreva em uma tarjeta cada tipo de direito indicado pelo grupo. Uma tarjeta por vez, recolhendo exemplos e complementando as informações que o grupo já dispuser.

Agrupe depois os “direitos” parecidos reunindo, por exemplo, tudo o que se refere aos direitos sociais, aos direitos trabalhistas e econômicos, conforme os

resultados da Roda de Conversa.

2. Colagem sobre situação dos direitos no contexto específico do grupo (a comunidade ou a categoria profissional, por exemplo).

Divida o grupo em 4 ou 5 sub-grupos e distribua uma tarjeta/direito para cada um. Oriente para que cada sub-grupo avalie a situação de efetivação deste direito (por exemplo, um grupo trata do direito ao descanso ou ao lazer, outro dos direitos humanos, outro dos direitos econômicos, outro dos direitos sociais, a depender dos resultado da Roda de Conversa).

Oriente os grupos para primeiro trocar idéias sobre como está a situação na comunidade em relação ao direito específico que está sendo avaliado e depois buscar em revistas imagens que ilustrem a avaliação que o grupo faz.

Distribua as revistas após os primeiros momentos de debate e oriente para confecção de um cartaz com o resumo do debate no grupo.

3. Avaliação coletiva sobre a efetivação dos direitos.

Convide cada grupo a apresentar seu cartaz com os resultados. As outras pessoas podem fazer perguntas e pedir esclarecimentos.

Ao final de todas as apresentações você coloca questões novas para o grupo, procurando promover a análise das diferenças na efetivação de direitos no tempo e entre os sexos, classes, gerações. Comece com a perspectiva temporal: esta situação sempre foi assim ou veio piorando? O que melhorou? Verifique cada um dos aspectos dos cartazes.

Prossiga com questões sobre diferenças e desigualdades. Esta situação é igual para mulheres e homens, ou é pior para um dos sexos? Qual deles? Em que situação? E em relação às classes, esta situação é assim para pobres e ricos?

Tente fazer um síntese com o grupo ao final, resgatando os principais pontos conclusivos de consenso e de discordâncias.

4. *Contando história*

Prepare um resumo sobre a trajetória do neoliberalismo. Utilize como fonte o texto da Leitura Complementar n.1: *Neoliberalismo. A doutrina que orienta Ajuste*.

Informe ao grupo que irá contar uma história. Use frases como: “Eu agora vou contar uma história para vocês e quero que prestem muita atenção. É uma história verdadeira e talvez possa explicar parte dos problemas que vivemos. Quando eu concluir quero que vocês opinem se esta história explica a situação dos direitos por aqui”.

Esclareça que essa história não é de uma pessoa, embora seja feita por pessoas, nem tão pouco é uma história de um lugar, embora esteja acontecendo em muito países. Esclareça que trata-se da história de um pensamento: a doutrina neoliberal.

Siga com a história preparada por você.

Ao final da narrativa, abra espaço para perguntas.

5. *Avaliando a relação entre liberalismo e efetivação de direitos*

Sugira ao grupo que se reúna em grupos de três para responder algumas perguntas.

Apresente as seguintes perguntas: (a) você considera o pensamento neoliberal uma ameaça aos direitos das mulheres? Por quê? (b) Que problemas na efetivação dos direitos identificados por nós nessa oficina podem ocorrer ou estão ocorrendo por conta das políticas neoliberais no Brasil? (c) Que

bloqueios as políticas neoliberais podem trazer para os direitos já conquistados? (d) Que outros grupos, além das mulheres, podem ser afetados negativamente pelo neoliberalismo? Por quê?

COMO REGISTRAR

Se as pessoas do grupo souberem ler, escreva o resultado dos cochichos em cartazes.

Se o grupo não ler, marque um X sobre as imagens de direitos presentes na colagem (item 2) que são ameaçados e um círculo nas imagens que são explicadas pelo neoliberalismo. Isso vai ajudar a fixar as conclusões.

DICAS PARA ADAPTAÇÃO E CONDUÇÃO DA OFICINA

Se no primeiro momento o grupo se demonstrar pouco conhecedor do tema dos direitos, é melhor aprofundar o tema, ampliando em mais três horas de atividades o momento dois (relativo ao debate dos cartazes/colagem), tecendo a relação entre a colagem elaborada pelo grupo e as palavras-chaves trabalhadas na Roda de Conversa. A oficina precisará ser acrescida em mais três horas para os momentos três e quatro. Sendo então necessário um dia e meio de trabalho.

É importante refletir sobre a diferença entre ter acesso a direitos já existentes, elaborar novos direitos e lutar para efetivar os direitos, bem como a noção do campo dos direitos como campo da política e da transformação. Importante também é considerar as políticas públicas como instrumentos de efetivação dos direitos.

OFICINA 2

DIREITO AO DESENVOLVIMENTO E AJUSTE ESTRUTURAL

OBJETIVOS: promover o debate sobre os impactos do Ajuste Estrutural sobre o direito das mulheres ao desenvolvimento.

TEMPO: 6 horas (sugerimos duas sessões de 3 horas cada, num mesmo dia)

MATERIAL: Giz, revistas, tinta para pintura à dedo, papel crepom colorido, caixas de papelão de diferentes tamanho, latas, cabos de vassoura, lãs coloridas, botões grandes e outros materiais de sucata.

ORIENTAÇÕES

1. Construindo imagens de futuro.

Após dinâmica de apresentação e integração, inicie a etapa de sondagem quanto ao conhecimento e visão do grupo sobre o tema. Uma conversa informal sobre o que é desenvolvimento para o grupo pode ajudar a inspirar esse trabalho.

Escolha um canto da sala e informe que ali será construída a visão do grupo sobre o desenvolvimento do lugar (vila, comunidade, bairro, cidade ou país, à escolha do grupo). Ofereça o material de pintura e de sucata.

Peça ao grupo que expresse sua visão de futuro desejado para o desenvolvimento, construindo símbolos, imagens de coisas, sentimentos e pessoas ou objetos que representem essa visão.

2. Revisando e elaborando conceitos

Concluída a montagem, peça para que o grupo explique os significados.

Traduza as idéias em palavras-chave escritas em pequenos cartazes e cole próximo aos símbolos construídos.

Problematize e aponte lacunas, checando com o grupo se faz sentido incluir certos temas que, provavelmente, estão ausentes. Por exemplo: a visão de futuro inclui que tipo de cidadania? Uma cidadania participativa, com mulheres e homens atuantes e organizados está nesse futuro? Ou é cada um por si, apenas usufruindo do bem estar? As mulheres terão mais poder de decisão e controle sobre espaços políticos do que o poder que têm hoje? Ou estarão em casa, sem atuação pública? Haverá movimento de mulheres para assegurar mudanças e justiça de gênero ou é um futuro sem feminismo? Como estarão outras organizações sociais, como sindicatos, associações de bairros, partidos? Terão desaparecidos ou estarão mais fortes e atuantes? O acesso ao trabalho e à renda, como estará? Os serviços públicos como estarão?

Use tarjetas com as palavras-chave para cada novo elemento que o grupo concordar em incluir.

3. Exposição sobre o Ajuste Estrutural.

Leve o grupo para o canto oposto da sala em relação à montagem construída, de modo a formar uma linha diagonal. Informe ao grupo que ali você vai apresentar as políticas de ajuste e a visão do desenvolvimento em nome de qual são efetivadas essas políticas.

Inicie contando as origens e delimite os elementos da concepção de desenvolvimento que perpassa as políticas de ajuste. Abra espaço para perguntas. Use o texto base desta publicação como seu guia, tendo como apoio a Leitura Complementar n. 3, sobre desenvolvimento.

Conte e use palavras-chave escritas em cartolina, eventualmente use imagens, preparadas por você enquanto o grupo trabalha no momento inicial da oficina.

4. Avaliando os impactos do Ajuste.

No momento seguinte, passe a listar cada uma das medidas do Ajuste.

A cada medida indicada pelas políticas de ajuste, caminhe com o grupo até o outro lado da sala, riscando com giz uma linha entre a visão do Ajuste (num canto da sala) e a visão de desenvolvimento futuro desejado pelo grupo (instalação no outro canto da sala).

Refleta com o grupo sobre os aspectos da visão de futuro que ficam bloqueados por aquelas medidas do Ajuste. Convide o grupo para retirar da instalação que fizeram a representação (objetos e cartazes) referida a ela.

O elemento retirado deve ser posicionado na linha de giz desenhada entre a montagem do grupo e as tarjetas sobre as políticas de ajuste. Mais perto do Ajuste serão colocados os elementos do projeto/desejo do grupo que não são possíveis de realizar no contexto de políticas de Ajuste. Mais perto da visão do grupo serão mantidos os elementos que podem resistir às políticas de ajuste e/ou garantir a efetivação do futuro desejado, no meio do caminho elementos ameaçados e em disputa.

Proceda de modo similar após cada uma das medidas do Ajuste que você irá trabalhar/expor.

5. Conclusões

Ao final da análise das medidas do Ajuste, a visão de futuro do grupo terá sido parcialmente destruída ou fortemente ameaçada pelas políticas de ajuste. Mas muitas coisas terão ficado de pé. Comente esses resultados.

Peça ao grupo que forme subgrupos de três pessoas e apresente as seguintes perguntas: (a) Como o Ajuste ameaça nossos sonhos e futuro?

(b) O que podemos fazer para garantir nosso direito ao desenvolvimento que sonhamos? (c) Que forças nos ameaçam? (d) Com que forças podemos contar?

COMENTÁRIOS

É importante dar ênfase aos direitos, interesses e necessidades das mulheres no processo de desenvolvimento, trabalhando as diferenciações de classe, raça, geração entre as mulheres. Esses aspectos podem ser explorados tanto na produção da “montagem”, como, e principalmente, na problematização e debate das lacunas.

Na parte final da oficina, pode-se avançar para o desenho do seguimento do estudo sobre Ajuste discutindo com o grupo que tipo de avaliação dos efeitos do Ajuste poderia ser feito na comunidade. Nesse caso algumas reuniões preparatórias precisarão ser realizadas para avaliar e decidir o que fazer. Outras sugestões de atividades são a seguir apresentadas.

ESTUDO 1

ESTRATÉGIAS DAS FAMÍLIAS FRENTE À CRISE¹

OBJETIVO: promover a sistematização das estratégias de sobrevivência das famílias no período do Ajuste no Brasil.

PROCEDIMENTOS

Conseguir uma pesquisadora colaboradora que oriente todo o trabalho, desde sua concepção até as análises finais. Tecer essa parceria com ONGs e/ou universidades. Eventualmente conseguir estudantes universitários/as que queiram trabalhar sobre o tema e com eles/as articular parceria com o grupo de mulheres que irá liderar o processo.

Delimitar o número de famílias que será pesquisado. Trata-se de estudo qualitativo, por isso um pequeno número é suficiente: entre 3 e 6 famílias de uma determinada área da cidade ou do município.

Fazer observação e descrição do domicílio e do bairro/local de moradia e, se possível, complementar com dados socio-demográficos da população residente na área.

Usar como marco temporal para a pesquisa o Plano Real(1994) e procurar perceber o que aconteceu com as famílias pesquisadas daquele período até o momento atual.

1. As orientações foram adaptadas de PORTELLA, Ana Paula. (2001) *Estratégias de sobrevivência frente às políticas de ajuste estrutural: Um estudo de caso sobre famílias de baixa renda no Brasil. Sugestões Metodológicas*. Recife, SOS CORPO. As sugestões de roteiros de entrevistas foram transcritas integralmente desse mesmo trabalho.

Realizar entrevistas a integrantes das famílias. Em duas ou três visitas, entrevistando um pessoa por vez, começando pela mulher, chefe de família, isso porque nosso foco valoriza a atenção às mulheres. Evitar entrevistas em grupo ou de casal. Se a família for chefiada por um casal, este procedimento permite captar visões diferenciadas entre as pessoas das famílias.

SUGESTÃO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA (Portella, 2001)

Dados de Identificação

Nome (primeiro nome – que será trocado durante a análise, para garantir o anonimato)
Endereço (apenas para fins de continuidade das entrevistas e checagem de informações)
Data de Nascimento, Sexo, Estado Civil, Escolaridade
Profissão, Ocupação Atual, Renda individual e fontes dessa renda
Número de Filhos, Idade dos filhos, N° de filhos na escola (indicar série)
Cor/raça; Religião

História de Vida

Seguir roteiro tradicional de história de vida: pedir para que a pessoa conte sua história desde o nascimento. À medida que a pessoa conta, solicitar informações sobre:

- a) família de origem: número de irmãos, onde viviam, profissão dos pais, se achava que vivia bem e agora piorou ou se foi o contrário.
- b) escolaridade: quando começou a estudar, onde estudou, como se relacionava com os estudos, dificuldades, se houve interrupção ou repetência, até que série fez.
- c) profissionalização e emprego: como e por que chegou a fazer o que faz, onde aprendeu, primeiro trabalho, primeiro emprego, primeiro salário, trajetória

profissional (cada um dos empregos em ordem cronológica) e histórico salarial (aumentos e diminuições), períodos de desemprego, explorar em que momento – se houve – o salário foi suficiente para seus gastos e para os gastos familiares, composição da renda familiar (outros membros da família, benefícios), como teve acesso a benefícios.

d) constituição da família: como conheceu o/a parceiro/a atual e como formou a família, divisão do trabalho doméstico, cuidados com os/as filhos/as, momentos de nascimento dos/as filhos/as, decisão sobre ter e não ter filhos/as

e) uso e opinião sobre os serviços públicos: saúde, educação, transporte, segurança, saneamento, urbanização, cultura, etc.; opinião sobre melhoria ou piora dos serviços.

f) participação em redes sociais: família, grupos de bairro, organizações políticas e religiosas – identificar como, quando e por que associou-se e que benefícios essas redes trazem para a vida cotidiana.

Cotidiano familiar

Descrição de um dia de semana e um dia de final de semana da/o entrevistada/o e dos outros membros da família, levando em consideração as atividades domésticas, não-domésticas, de lazer, religiosas e políticas.

Alimentação

Descrição da última feira e das refeições do dia anterior à entrevista, opinião sobre melhoria ou piora da alimentação da família hoje e no período anterior ao momento definido pela pesquisa como marco.

Orçamento familiar

Descrição de quanto se gasta mensalmente em alimentação, transporte, moradia, vestuário, saúde, lazer, luz, água, diversos; investigar se os gastos

aumentaram, diminuíram ou se mantiveram iguais com relação ao período anterior.

ANÁLISE DO RESULTADO

Sugerimos considerar a questão se as políticas de ajuste têm representado melhoria ou piora nas condições de vida dessas famílias. Se há aspectos contraditórios, explicitar onde piora e a que se atribui e/ou onde melhora e a que se atribui essa melhoria. Considerar especialmente o tempo de trabalho, jornada diária de trabalho das mulheres, verificando se aumentou ou diminuiu ao longo dos anos. Sugerimos também verificar a insegurança ou incerteza quanto ao futuro da renda familiar, mesmo se a renda é maior hoje.

ESTUDO 2

GRUPOS DE DISCUSSÃO²

OBJETIVO: levantar e sistematizar depoimentos de grupos de pessoas sobre sua vida no período das políticas de ajuste no Brasil (Governo Collor,1990-Governo Fernando Henrique, 2001).

PROCEDIMENTOS

Conseguir duas pesquisadoras colaboradoras que orientem todo o trabalho, desde sua concepção até as análises finais. Tecer essas parcerias com ONGs e/ou universidades. Eventualmente conseguir estudantes universitários/as que queiram trabalhar sobre o tema e com eles/as articular parceria com o grupo de mulheres que irá liderar o processo.

Os grupos de pesquisa devem ser homogêneos, isto é, as pessoas devem possuir características semelhantes: faixa etária, grupo urbano, grupo rural, sexo, classe social. É preciso definir o perfil do grupo a ser pesquisado, por exemplo, mulheres, homens ou jovens, pessoas negras, indígenas, trabalhadores e trabalhadoras de uma empresa que fechou, ou funcionários de um programa de demissão voluntária, crianças de uma determinada escola, etc.

É preciso realizar a discussão com no mínimo dois grupos de pessoas pesquisadas, para que seja possível comparar um com o outro.

2. Adaptado de PORTER, Mary Debus. (1998) *Manual para Excelência en la Investigación Mediante Grupos Focales*. Communication for Child Survival Health Com – AID: Agency for International Development.

O ideal, para esse tipo de trabalho, é de no mínimo seis e no máximo dez pessoas em cada grupo.

É recomendável que as pessoas de um mesmo grupo não tenham relações de intimidade; portanto, é muito importante que não estejam pessoas amigas ou parentes em um mesmo grupo de pesquisa.

Convidar as pessoas escolhidas acertando com elas dia, hora e local melhor.

ORIENTAÇÕES PARA A INVESTIGAÇÃO

Enquanto um/a dos/as investigadores/as está conduzindo o grupo, o/a outro/a deverá estar anotando aspectos que chamam a atenção sobre o ambiente e o comportamento das pessoas. Estas informações deverão ser utilizadas na hora da produção da síntese/relatório.

a) Abertura da reunião: Agradecimento pela presença das pessoas e explicar os objetivos da pesquisa. Expor as regras a serem respeitadas: cada pessoa pode falar o que quiser, há total liberdade de expressão. O grupo deve se comprometer com o sigilo; pedir permissão para gravar e tirar dúvidas. Expor o tempo de duração do trabalho (cerca de duas horas); se houver lanche, oferecer e deixar as pessoas à vontade.

b) Apresentação do grupo: a equipe e as pessoas do grupo se apresentam, enquanto a observadora (segunda pessoa) faz os crachás ou placas de mesa, e a partir daí ficará fazendo anotações e dando apoio à outra pessoa da equipe.

c) Dinâmica do trabalho: Iniciar as perguntas, sempre pedindo a opinião do grupo. Ex.: O que acha? O que pensa sobre a questão? Conhece alguém com outra experiência ou opinião? É fácil falar sobre isso? Por quê? Por quê? Por quê?. Não permitir que uma pessoa domine a fala, quando isso acontecer, interrompa sutilmente perguntando a outra o que ela acha. Ao final do tempo

estabelecido, fazer o fechamento agradecendo as contribuições, pontuar os dados mais importantes que forem observados e explicar como deverá ser feito o retorno dos resultados da pesquisa.

ROTEIRO DE QUESTÕES

O que acha das mudanças na vida de vocês desde o Governo Collor até agora, no Governo Fernando Henrique. Vivia-se bem e agora piorou ou, ao contrário, a qualidade de vida está melhorando? Por quê? Conhece alguém com outra experiência ou opinião? É fácil falar sobre isso? Por quê?

Como está a qualidade e acesso aos serviços de saúde, educação, assistência social, transporte público, segurança? Melhorou ou piorou? Por quê?

Qual tem sido a história de trabalho de vocês desde o tempo do Governo Collor até agora? Houve mudanças de emprego? E de salário? Para melhor ou pior? Por quê? Houve períodos de desemprego? A situação de trabalho está pior ou melhor? Por quê? Conhece alguém com outra experiência ou opinião? É fácil falar sobre isso? Por quê?

PARA ANÁLISE DO RESULTADO

Agrupar as respostas depois de transcritas por tema e grupo. Destacar os pontos que foram comuns e constantes; destacar também os pontos que se distinguiram pela diferença ou divergência com os outros. O relatório deverá ser construído a partir da comparação entre grupos e respostas.

GUIA DE COMUNICAÇÃO 1 PAUTANDO O TEMA DO AJUSTE

OBJETIVO: conseguir que meios de comunicação, de massa ou de movimentos sociais (boletins, jornais, rádios comunitárias), incluam na sua pauta de notícias, debates e programas sobre o tema do Ajuste Estrutural e gênero.

PROCEDIMENTOS

Envie uma carta a um veículo de comunicação, de preferência endereçada a alguma jornalista sobre o tema que se quer abordar.

Ao escrevê-la, lembre-se que geralmente o que vai ser publicado estará inspirado diretamente nas informações que foram entregues. Portanto, não deixar de acentuar as informações mais importantes e colocá-las sempre no primeiro parágrafo, respondendo às perguntas: O quê vai acontecer ou está acontecendo? Quando? Por quê? Onde? Quem está envolvido?

Empregue sempre frases e parágrafos breves. Procure não utilizar mais de uma página. Explique porque o tema proposto deve ser considerado uma notícia e dar sempre nomes e números de telefone de referência.

A essa carta pode ser anexado um pacote de informações, que deverá conter dados que o jornalista necessita para compreender o tema que você deseja abordar e que precisa ter à mão para elaborar uma reportagem. Resumos ou textos deste Caderno podem estar contidos aí, assim como notícias sobre a pesquisa que vocês realizaram ou o debate dos resultados da pesquisa que haverá na comunidade, no sindicato ou na associação.

Entregue pessoalmente sua carta ou ligue sempre para se certificar de que chegou às mãos da pessoa indicada. Aproveite essas ocasiões para conversar com os jornalistas.

ALGUNS MOTIVOS QUE JUSTIFICAM A CONVOCAÇÃO DE UM/A JORNALISTA

Divulgação de informes, estudos, ou pesquisas que vocês ou outros publiquem; humanizar o tema é muito importante, principalmente quando for para uma cobertura de televisão, o que geralmente requer história visual e da vida real, além da indicação de alguém que retrate o que está sendo dito ou que possa comentar.

Debate que será realizado ou depoimento de uma pessoa com algum relato ou conhecimento de alguma experiência que reforce a opinião que vocês têm.

Uma ação do Governo sobre a qual você/sua organização pode emitir algum comentário. No caso, pode ser novas medidas de ajuste que foram tomadas e já estão noticiadas nos jornais.

GUIA DE COMUNICAÇÃO 2 DICAS PARA ENTREVISTAS³

Nas entrevistas, seja breve e precisa, eleja um ou dois aspectos para a sua abordagem. Você não precisa esgotar todos os aspectos do tema abordado. Com certeza essa não será a sua última entrevista e haverá a oportunidade de outros enfoques.

Tenha algum material escrito para repassar para o/a jornalista com as principais informações e dados fornecidos pela sua organização.

É preciso encontrar formas mais atraentes para apresentar os conteúdos. Tratar velhos temas com nova roupagem. As políticas de ajuste são um velho tema dos cadernos de política e economia, mas estão pouco tratadas quando se debate família e cotidiano. Dar um enfoque dos impactos no cotidiano das famílias pode ser uma nova abordagem para o tema.

Fale de forma simples e clara, partindo do princípio de que as pessoas não estão a par do tema sobre o qual você está falando. Os termos técnicos devem ser traduzidos.

Tenha o controle da entrevista, se lhe fazem uma pergunta que não vem ao caso, procure voltar para a mensagem que você quer passar. Ex: “Na verdade, a questão aqui é que...” e prossiga com sua idéia.

Tenha sempre uma frase preparada para dizer ao final, geralmente isso lhe vai ser pedido.

3. Extraído de MELO, Jacira. (2000) *Oficina de Comunicação da Iniciativa de Gênero*. Brasília, Iniciativa de Gênero e (s.d.) *Manual sobre como abordar los medios de comunicación de masas para la producción de cambio social*. New York, The Center for Reproductive Law and Policy. Mimeo.

E LEMBRE-SE

Quando você conversa com um/a jornalista durante duas horas, e no dia seguinte, na matéria só consta uma linha atribuída a você, tente olhar com atenção a reportagem, pois muito provavelmente a sua entrevista colaborou para estruturar a matéria.

Importante: se você foi procurada/o para falar de um tema distante da sua atuação e trabalho, procure remeter a/o jornalista a outras pessoas, sejam do movimento social ou da área acadêmica. Assim você demonstra interesse e a/o jornalista cria maior confiança nesta relação.

PARA SABER MAIS

Sobre a Iniciativa de Gênero
Sobre os livros e artigos consultados

Ajuste Estrutural,
Pobreza e Desigualdade de Gênero.
Iniciativa de Gênero

PARA SABER MAIS SOBRE A INICIATIVA DE GÊNERO

Se voce tem interesse em receber novos materiais da Iniciativa de Gênero sobre este e outros assuntos ou deseja manter intercâmbio e participar da Iniciativa, solicite inclusão de seu grupo na mala direta da Iniciativa, apresentando em anexo um perfil do grupo do qual faz parte.

ORGANIZAÇÕES QUE SE MANTÊM ENGAJADAS EM ATIVIDADES DA INICIATIVA

BRASÍLIA

REDE BRASIL . Marcos Faro. SCS Quadra 8.ED. Venâncio 2000, Bloco B-50. Salas 443/445.
Cep 70333-970. Fone (61) 321.6108 Fax (61) 321.6627 E.mail rbrasil@rbrasil.org.br

BELÉM

FASE/PA . Maria das Graças Costa. Rua Bernal do Couto, 1329. Umarizal.
Cep 66055-080 Fone: (91) 242 0318 Fax (91) 241 5310 E.mail mcosta@fase-pa.org.br

CABO DE SANTO AGOSTINHO

CENTRO DAS MULHERES DO CABO. Silvia Cordeiro. Rua Padre Antônio Alves, 20 – Centro.
Cep 54500-000 Fone: (81) 3524-9170 Fax: (81) 3524-9171 E.mail cmc@mulheresdocabo.org.br

CAMPO GRANDE

IBISS. Estela Scandola dos Reis. Rua Nicolau Fragelli, 200. Amambai.
Cep 79008-570 E.mail ibiss.co@enersulnet.com.br

CURITIBA

ADITEPP. Cristina Simião. Rua Desembargador Westphalen, 1373, Rebouças.
CEP 80230-100. Fone (41)223 3260 Fax (41) 225 7857 E.mail aditepp@aditepp.org.br

FORTALEZA

ESPLAR. Magnólia Said. Rua Princesa Isabel, 1968. Benfica. Cep 60015-061
Fone (85) 252 2410 Fax (85) 221 1324 E.mail esplar@esplar.org.br

INSTITUTO TERRAMAR. Dolores Farias e Soraya Tupinambá. Rua Pinho Pessoa, 86.
Joaquim Távora. Cep 60135-170 Fax (85) 226 4154 E.mail terramar@fortalnet.com.br

NATAL

Coletivo Leila Diniz. Analba Brazão Teixeira. Rua Martinho Machado, 641. Alecrim. Cep 59037-470.
Fone: (84) 223 5013 E.mail coletivoleiladiniz@ig.com.br

CEAHS. Ilena Felipe Barros. Rua Manoel Domingos, 48. Cep 59050-100.
Fone (84) 213 2877 e (84) 221 0351 E.mail ilenafb@terra.com.br

RECIFE

AMB. Silvia Camurça. Rua Real da Torre, 593 – Madalena. Cep 50610-000. Fone (81) 3445 2086
Fax (81) 3445 1905 E.mail amb@soscorpo.org.br

CENTRO JOSUÉ DE CASTRO. Márcia Andrade. Rua São Gonçalo, 118. Boa Vista. Cep 50070-600.
Fone (81) 3423 2800 Fax (81) 3423 5242 E.mail cjcinst@terra.com.br

SOS CORPO GÊNERO E CIDADANIA. Silvia Camurça e Carla Batista. Rua Real da Torre,
593. Madalena. Cep 50610-000. Fone (81) 3445 2086. Fax (81) 3445 1905
E.mail sos@soscorpo.org.br

RIO DE JANEIRO

FASE - Maria Emília Lisboa Pacheco. Rua das Palmeiras, 90. Botafogo. CEP 22270-070.
Fone(21) 2286 1441 Fax (21) 2286 1209 E.mail memilia@fase.org.br

PARTICIPARAM DE ATIVIDADES DA INICIATIVA ENTRE 1999 E 2001

CAMPO GRANDE

Interativa

RIO BRANCO

Mama

RIO DE JANEIRO

Pacs

SÃO PAULO

Instituto Pólis

SOF

Ajuste Estrutural,
Pobreza e Desigualdade de Gênero.
Iniciativa de Gênero

SOBRE OS LIVROS E ARTIGOS CONSULTADOS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: A . BORÓN. *As políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

ANDREWS, Christina W.; KOUZMIN, Alexander. O discurso da nova administração pública. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, nº 45, 1995.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro. Heranças e urgências*. Recife: Editora Revan/FASE, 2000.

BARROS, Flávia. Os empréstimos de ajuste do Banco Mundial para o Brasil em 2001. Brasília: Rede Brasil, 2001. Mimeografado.

BATISTA, Anália Laura. *Preconceito e discriminação de gênero e raça na fase de Ajuste Estrutural*. Brasília: UnB, 2001. Mimeografado.

- BENÉRIA, Lourdes. Gender and the Global Economy. In: F. ACHERMAN, F. et al (eds.), *The Changing Nature of Work*, Washington: Island Press, 1998.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A Reforma do Estado nos anos 1990: Lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n^o 45, 1995.
- BUARQUE, Cristina. Algumas reflexões sobre o poder e suas instituições. Trabalho apresentado na oficina “Instituições, poder e participação política”. Recife: GT gênero da Plataforma de Contrapartes NOVIB no Brasil, 2001.
- BULLARD, Nicola. Consenso Pós-Washington exige democracia econômica aliada à justiça social. *Observatório da Cidadania*, n^o 3, 1999.
- CAMURÇA, Sílvia. *Desenvolvimento, Gênero e Pobreza no Brasil: Os desafios para o feminismo e a responsabilidade das Instituições Financeiras Multilaterais*. Trabalho apresentado em debate com o Fórum de Mulheres de Natal. Recife: SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 2000.
- _____. *Feminismo e Desenvolvimento: Velhas questões, novos desafios*. Trabalho apresentado na UFRPE, por ocasião do 8 de março. Recife: SOS Corpo, 2001.
- DEERE, Carmen Diana; SAFA, Helen & ANTROBUS, Peggy. Impact of Economic Crisis in Poor Women and their Households. In: VISVANATHAN, N. et al. (eds). *The Women, Gender and Development Reader*. London and New Jersey: Zed Books Ltda, 1998.
- DUGGAN, Lynn. Introduction to Part 2. Household and Families. In: VISVANATHAN, N. et al. (eds.) *The Women, Gender and Development Reader*. London and New Jersey: Zed Books Ltda., 1998.
- EL PACTO internacional de derechos económicos, sociales y culturales. *Género & derechos* n. 3, AWID, 2002.

ELSON, Diane. Gender Analysis and Economics in the Context of Africa. In: IMAM, A., MAMA, A., SOW, F. (eds.). *Engendering African Social Sciences*, Codesria, 1997.

_____ & GIDEON, Jasmine. *El pacto internacional de derechos económicos, sociales y culturales y el empoderamiento de las mujeres*. Lima, Peru: Edições Flora Tristán/Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para las Mujeres, 2000.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do *welfare state*. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. nº 24, 1991.

_____. O futuro do *welfare state* na nova ordem mundial. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. nº 35, 1995.

EVANGELISTA, Fernando. O recado da juventude. *Caros Amigos*, Ano V, ed. 53, agosto, 2001.

FARIAS, Alex Jobim. *Cooperação entre FMI, Banco Mundial e OMC: fortalecendo a coerência entre políticas. Uma nota introdutória*. Rio de Janeiro: Rebrip/Rede Brasil, 2003. Mimeografado.

FRANCH, Mónica (org.). *Iniciativa de Gênero: Caderno de Informação e Reflexão*. Recife: Edição SOS Corpo, 2001.

GT Serviços da REBRIP. *GATS: a OMC a serviço da desigualdade*. Rio de Janeiro: REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos. [s.d.].

GOULD, Ellen. *A posição do Brasil nas negociações do GATS (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços)*. [s.d]. Mimeografado.

_____. *Capítulo Latinoamericano Comercio e Gênero: o Alça e outras alternativas de integração americana*. RIGC, Buenos Aires, 2003.

_____. *Rede Internacional Gênero e Comércio em Cancun.* (Documento elaborado para a Quinta Reunião Ministerial da OMC). 2003.

INSTITUIÇÕES Financeiras Multilaterais. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação, Escola de São Paulo, Centro de Solidariedade da AFL-CIO/ CUT – Central Única dos Trabalhadores, 2000.

INSTITUTO de Estudos Socioeconômicos. *Acordo TRIPS: acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual.* Brasília: INESC, 2003.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. Degradação social, globalização e neoliberalismo. *In: Sociologia geral.* São Paulo: Atlas, 1999.

LEME, Maria Carolina da Silva ; WAJNMAN, Simone. Tendências de corte nos diferenciais de rendimentos por sexo. *In: HENRIQUES, Ricardo (org.) Desigualdade e Pobreza no Brasil.* Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

LOS DERECHOS de las mujeres, la Organización Mundial del Comercio y la política comercial internacional. *Género & derechos.* AWID, n 4, 2002.

MINEIRO, Adhemar S. Estabilização, desenvolvimento e gestão macroeconômica: opiniões sobre as visões contidas nos documentos do Banco Mundial e do BID.

MOREIRA, Constanza. Erradicação da pobreza no mundo: uma avaliação das metas no limiar do ano 2000. *Observatório da Cidadania,* nº 3, 1999.

NUNES, Selene Peres S. PPA 2004-2007: tudo pelo ajuste fiscal. *Nota Técnica* n.83. Distrito Federal: INESC, 2003.

PLATAFORMA PDHESC. *O Brasil e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.* Brasília: Relatório da Sociedade Civil sobre o cumprimento, pelo Brasil, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 2000.

- PORTELLA, Ana Paula. *Estratégias de sobrevivência frente às políticas de ajuste estrutural: Um estudo de caso sobre famílias de baixa renda no Brasil. Sugestões Metodológicas*. Recife: SOS CORPO, 2001.
- PORTER, Mary Debus. *Manual para Excelência en la Investigación Mediante Grupos Focales*. Communication for Child Survival Health Com.AID: Agency for International Development, 1998.
- REBRIP. *Investimentos: a OMC contra o direito ao desenvolvimento*. [s.d].
- Rede Internacional de Gênero e Comercio. *Boletim IGTN*, vol. 03, nº 6, dezembro/2002, janeiro-março/2003.
- REPORTES de la OMC. *DAWN Informe*. DAWN, 2001.
- RODRIGUEZ, Graciela. Investimentos: novo tema da agenda da OMC ou o imperador está nu?. *Revista Bocas no Mundo* n. 3. Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras, 2003.
- SAID, Magnólia. *O que são organismos multilaterais – OMS*. Trabalho apresentado no seminário Gênero e Prodetur. Fortaleza: Instituto Terramar, 2001.
- SANTOS, Milton. A transição em marcha. In: *Por uma outra globalização*. São Paulo: Editora Record, 2000.
- Secretariado da SAPRIN. O papel da sociedade civil na revisão dos programas de ajuste estrutural. *Observatório da Cidadania*, nº 3, 1999.
- SEN, Gita e GROWN, Caren. *Desenvolvimento, crises e visões alternativas: perspectivas das mulheres do Terceiro Mundo*. Tradução de Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo Editora, DAWN/MUDAR, 1988.
- SEN, Gita. *Globalização, Gênero e Direitos Humanos: Paradoxos e Oportunidades*. Palestra proferida em 27 de agosto de 2001, no marco da comemoração dos 20 anos do SOS Corpo, Recife, 2001.

_____ e CORRÊA, Sonia Onufer. *Justiça de Gênero e Justiça Econômica. Reflexões sobre as revisões de cinco anos das conferências da ONU da década de 1990*. Documento preparado para a UNIFEM, em preparação para a revisão de cinco anos da Plataforma de Ação de Beijing, 2000.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

UGÁ, Maria Alicia Dominguez. Ajuste Estrutural, governabilidade e democracia. In: S. GERSCHMAN e M. L. Werneck VIANNA, *A miragem da pós-modernidade. Democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

VIANA JR., Aurélio (org.) . *A estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil: Análise crítica e documentos inéditos*. Brasília: Rede Brasil, 1998.

WILLIAMS, Mariama. *Comércio livre ou comércio justo? Notas sobre Gênero, Comércio e a Organização Mundial de Comércio*. Notas da Rede DAWN preparadas para o Encontro Ministerial da Organização Mundial do Comércio-OMC, em Seattle, de 29 de novembro a 3 de dezembro de 1999.

_____ . *Desequilibrios, inequidades y el mantra de la OMC. II Documento de Trabajo de DAWN en la OMC*. Para el Cuarto Encuentro Ministerial de la OMC, en Doha, Qatar, 9 al 13 de noviembre de 2001, Rede DAWN.

AVALIAÇÃO

Pedimos a gentileza de reproduzir, preencher e enviar este questionário para:

SOSCORPO – Avaliação do Caderno da Iniciativa.

Rua Real da Torre, 593 Madalena. 50610-000 Recife – Pernambuco

fone: 081 3445 2086 fax: 081 3445 1905 e.mail: sos@soscorpo.org.br

Como teve acesso a este Caderno?

- Em eventos da AMB Em eventos da Iniciativa Em evento da Rede Brasil
 Em outro evento.

Qual? _____

- Através de uma organização de mulheres. Qual? _____
 Através de outras organizações.

Quais? _____

Você já havia lido algum outro trabalho sobre esses assuntos?

- Sim Não

O que achou do conteúdo deste Caderno?

- Ótimo Bom Regular Ruim

O que achou da linguagem?

- Ótima Boa Regular Ruim

Como e para que já utilizou ou pensa em utilizar os textos?

Você utilizou algumas das sugestões de atividades?

- Oficina 1 Oficina 2 Estudo 1 Estudo 2 Comunicação 1 Comunicação 2

Outros comentários, críticas e sugestões.

Nome:

Entidade:



A presente edição, com tiragem de 1500 exemplares, foi composta em caracteres Schneidler, corpo 13/19,5, e impressa pela Provisual Divisão Gráfica, para SOS CORPO Gênero e Cidadania Edições, em sistema offset, papel off-set 90g (miolo) e Cartão Triplex 250g (capa), em outubro de 2003.